

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

LIRA, Paulo Hortêncio Pereira. *Paulo Lira I (depoimento, 1989)*. Rio de Janeiro, CPDOC/BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1990. 55 p. dat.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC/FGV e BANCO CENTRAL DO BRASIL. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**PAULO LIRA I
(depoimento, 1989)**

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Eduardo Raposo; Ignez Cordeiro de Farias

levantamento de dados: Eduardo Raposo; Ignez Cordeiro de Farias

pesquisa e elaboração do roteiro: Eduardo Raposo; Ignez Cordeiro de Farias

sumário: Maria Emília Prado Marchiori

conferência da transcrição: Ignez Cordeiro de Farias; Maria Emília Prado Marchiori

copidesque: Elisabete Xavier de Araújo

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 09/11/1989

duração: 2h 50min

fitas cassete: 03

páginas: 55

Entrevista realizada no contexto do projeto "Memória do Banco Central do Brasil", na vigência do convênio entre o Banco Central e o CPDOC-FGV, firmado em 1989. O projeto objetiva uma série de publicações acerca dos dirigentes do banco e figuras de destaque na vida econômica do país, das quais "Octavio Gouvêa Bulhões: depoimento" e "Dênio Nogueira: depoimento" já encontram-se à disposição.

A escolha do entrevistado justificou-se por ter sido presidente do Banco Central do Brasil.

temas: Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Economia, Economistas, Inflação, Mário Henrique Simonsen, Paulo Lyra, Política Econômica, Superintendência da Moeda E do Crédito

Sumário

Entrevista: nascimento (Rio de Janeiro, 1930); vida política e profissional do pai, José Pereira Lira; a faculdade de Economia no Rio de Janeiro; a formação dos economistas no Brasil; escolha da carreira; ingresso na faculdade de Direito (1948) e cursos na Columbia University (1949-50), antes de entrar para a faculdade de Economia; como assistente do professor Antônio Dias Leite Júnior (1954-64); início da vida profissional na Assessoria Técnica da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil-Cexim (1950); curso de pós-graduação na Universidade de Haward (1956-57); no Departamento Econômico da Superintendência da Moeda e do Crédito - Sumoc (1953-61); trabalhando com os professores Antônio Dias Leite Júnior e Jorge Kafuri na empresa de consultoria Ecotec - Economia e Engenharia Industrial (1961-64); volta para o Banco do Brasil como chefe da Consultoria Técnica, a convite do presidente do banco dr. Luís de Moraes Barros (1964); o Banco do Brasil e a criação da Sumoc; a Sumoc como órgão de assessoria do Conselho Monetário Nacional; a questão do orçamento monetário; oposição do Banco do Brasil à criação do Banco Central; economistas brasileiros sob a liderança intelectual de dr. Eugênio Gudim e Octávio Gouvêa de Bulhões; acompanhando a tramitação da lei de criação do Banco Central e o papel do senador Mem de Sá; comentários sobre o governo João Goulart: Plano Trienal, inflação, a conspiração e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES); a questão da estabilidade monetária e do crescimento econômico; comentários sobre a importância da correção monetária; a necessidade de um governo com autoridade para comandar a vida econômica do país; a questão da dívida externa; experiência nos órgãos econômicos nacionais e internacionais (passagem pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Mundial, 1965-68) na Diretoria de Câmbio do Banco Central, área externa (1968-74); os sumoquianos no governo Castelo Branco: Octavio Gouvêa de Bulhões, Roberto Campos, Dênio Nogueira e Casimiro Ribeiro; o PAEG e a estruturação do Banco Central; a economia no pré-64; crise econômico-financeira e a questão salarial no pós-64; a questão do câmbio; o Banco Central e o FMI; avaliação da experiência na diretoria de crédito externo do Banco Central; a administração Ernane Galvêas; contato com Mário Henrique Simonsen e o convite para a presidência do Banco Central (1974); a construção do prédio do Banco Central em Brasília (1970); a experiência em Brasília; modificações no Banco Central no período Geisel - Simonsen (a Comissão de Valores Mobiliários); a equipe do Banco Central à época da direção Paulo Lira (1974-79); o funcionamento do crédito rural (participação do Banco Central); o governo Geisel, o setor industrial e o financiamento do Banco Central; o BNDES; composição do Conselho Monetário Nacional; a crise do petróleo e o Brasil; crescimento interno a partir do endividamento externo; o processo inflacionário; a docência no Conselho Nacional de Economia; o relacionamento com o mundo político: ministros da Fazenda e presidentes; a crise do Estado e o papel do servidor público; posicionamento frente à questão nacional atual: Plano Cruzado, inflação, sindicalismo, etc..... 1 a 55

Entrevista: 09.11.1989

I.F. - Dr. Paulo, nós não pedimos um currículo seu. Pegamos apenas uns dados que tínhamos lá, de um dicionário, e eu gostaria de confirmar, de início, algumas coisas. Seu nome completo é Paulo Hortêncio Pereira Lira?

P.L. - É. Mas eu, profissionalmente, uso Paulo H. Pereira Lira.

I.F. - E vimos aqui que o senhor nasceu em janeiro de 1930, no Rio de Janeiro.

P.L. - Em 30. Exato.

I.F. - O senhor já nos disse que a sua família é de nordestinos. Como é que o senhor veio nascer aqui no Rio?

P.L. - Meus pais são da Paraíba. E, pouco antes de 30, meu pai, era advogado e se transferiu para o Rio, para fazer a carreira aqui no Rio.

E.R. - Não tinha nada a ver com a Revolução de 30?

P.L. - Não. Não, não. Ele veio aqui, antes da revolução, e fez a carreira dele, basicamente, na parte de direito... Papai foi constituinte em 34. Foi primeiro-secretário da Câmara.

I.F. - O nome do seu pai como era?

P.L. - José Pereira Lira. E eu nasci aqui, quando ele já estava no Rio.

E.R. - Ele foi constituinte...

P.L. - Em 34. Na Constituinte de 34.

E.R. - Pelo estado...

P.L. - Pelo estado da Paraíba. Depois, ele continuou, ele estava na parte política. Em 37 você tem o golpe do Getúlio, e nessa época, ele era o primeiro-secretário da Câmara. Eu me lembro até de que no dia do golpe ele foi lá na rua do Catete, foi se entender lá, teve uma conversa com o Pedro Aleixo, que era o presidente da Câmara. Eu me lembro. É

uma das coisas mais antigas de que eu me lembro. [riso] Enfim, ele, aí, se encaminhou mais para a parte profissional, e tinha uma banca de advogados aqui no Rio.

E.R. - Isso o senhor tinha...? Porque o senhor nasceu em 1930, não é? São memórias da primeira infância.

P.L. - É. Era 37. É. Primeira infância.

I.F. - E eu estava vendo, aqui, realmente me chamou a atenção, que ao lado do seu verbete tem José Pereira Lira. E diz que ele organizou o Código Penitenciário do Brasil.

P.L. - Pode ser. Eu não tenho essa...

I.F. - Foi professor também da Faculdade de Direito.

P.L. - Ele foi professor de direito civil, foi um dos fundadores daquela antiga Faculdade do Catete, que depois se transformou na Nacional do Rio de Janeiro, da Universidade do Brasil, não é? E ele ensinou o resto da vida toda. Ele, depois, em 46, participou do governo do Dutra, foi chefe de polícia aqui, que era uma posição, na época, muito importante e tal. Depois, foi para a Casa Civil e terminou o governo do Dutra na Casa Civil. E aí ele foi para o Tribunal de Contas, ficou no Tribunal de Contas. Foi ele que levou o Tribunal de Contas para Brasília e lá se entrosou com a Universidade de Brasília e ensinava direito civil na Universidade de Brasília.

I.F. - E pelo que estou vendo, então, aqui, o nome de sua mãe era Beatriz.

P.L. - Beatriz.

I.F. - Agora, outra coisa que eu gostaria de ver... Porque temos aqui uns dados, mas, infelizmente, não têm data. O senhor diplomou-se pela Faculdade de Ciências Econômicas, da universidade...

P.L. - É. Em 54.

E.R. - Isso não era...

P.L. - Era a faculdade... Quando comecei a faculdade, ainda era no prédio da Fundação Getúlio Vargas.

E.R. - Era a FEA?

I.F. - Era a atual FEA.

P.L. - É. Faculdade... atual FEA, não é? E depois, dali, ela se transferiu para a Marquês de Olinda, uma casa bonita que tinha uma árvore grande na frente, e, depois, eu ainda peguei, os dois últimos anos, ali na avenida Pasteur.

E.R. - Data desse tempo esse grupo que girou em torno disso... A faculdade era uma faculdade que teve muita influência de Eugênio Gudín, do...

P.L. - É. Porque, tenho a impressão que a minha turma foi justamente uma das primeiras a fazer o currículo moderno. Porque o dr. Gudín e o dr. Bulhões é que... enfim, montaram...

E.R. - Separaram a contabilidade da economia.

P.L. - Com outras pessoas, eles montaram, realmente, um grupo que transformou o ensino de economia aqui no Brasil, não é? E eles, então, fundaram a universidade. Mas eu tenho a impressão que a minha turma foi a primeira que... A mudança do currículo é do início dos anos 50, e a minha turma é de 54. Acho que foi a primeira que fez toda a... Uma das primeiras.

I.F. - O senhor deve ter sido, então, ou colega ou contemporâneo do dr. Julian Chacel.

P.L. - O Chacel foi um pouquinho Barros me levou lá, e eu participei da reunião. Na época, eu era jovem, ainda tinha umas opiniões lá, e de fato foi uma...

I.F. - Quer dizer que o senhor em 50 foi para o Banco do Brasil, para a Cexim; em 53, para a Sumoc, e lá o senhor continuou até 64.

P.L. - Até 64. Em 64 eu estava fora do Banco e fui para o Banco do Brasil.

I.F. - Neste mesmo período é que o senhor esteve na Ecotec?

P.L. - Foi. De 60-61 até 64.

I.F. - Aí, particular, quer dizer, acumulava isso com a Sumoc.

P.L. - Não, mas eu estava fora. Eu tinha pedido licença, não é? Pedido licença. Estava fora.

E.R. - No governo Goulart, o senhor não estava na...

P.L. - Não. Foi por causa daquelas confusões. Aquilo também, de certa maneira, estimulou que eu procurasse sair um pouco. Porque estava confuso demais.

E.R. - O senhor pegou um pedaço do governo Goulart na Sumoc?

P.L. - Eu peguei 60, não é? Em 60-61, eu estava...

I.F. - Em 61 foi a renúncia do Jânio Quadros.

P.L. - Em 61 foi a renúncia do Jânio, não é? Eu, francamente, não me lembro exatamente quando é que fui para a Ecotec. Mas foi nessa época.

I.F. - Inclusive, em 61, durante os poucos meses do governo Jânio Quadros, dr. Bulhões estava na Sumoc, e o ministro era Clemente Mariani.

P.L. - Nessa época, eu estava ainda na Sumoc. Eu me lembro. Clemente Mariani. Houve aquelas reformas. É.

E.R. - Bulhões fica na Sumoc no período parlamentarista, não é?

P.L. - É. Mas nessa época, no início de 61, eu ainda estava na Sumoc. Aquelas reformas todas que foram feitas.

I.F. - Aí, o senhor se afasta. Banco do Brasil, Sumoc, tudo...

P.L. - Peço uma licença para tratar de interesses particulares e vou para... E volto. Mas quando volto, como já disse, volto para...

I.F. - E ainda, então, com [inaudível] Castelo Branco, o senhor é convidado por quem para essa assessoria?

P.L. - Pelo Moraes Barros.

I.F. - Por ele mesmo. O senhor o conhecia de onde?

P.L. - Não. Eu não conhecia. Indicaram a ele o meu nome, não é?

I.F. - É porque o senhor muito moço já tinha feito uma carreira grande nessa...

P.L. - É. [riso] É. Enfim, indicaram meu nome a ele, e quando ele me fez o convite, na época me interessou realmente... Enfim, todo aquele clima que existia, e eu voltei.

I.F. - É impressão minha ou o senhor deu a entender que essa escolha do dr. Luís de Moraes Barros para o Banco do Brasil já foi preparando caminho para o Banco Central?

P.L. - Ah, sim. Ele nunca me disse isso, está entendendo? Também nunca vi isso dito, mas pelo comportamento e pelo que aconteceu, eu tenho convicção de que quando ele foi convidado, já foi convidado com a idéia de que ... Porque, inclusive, uma das bandeiras, na época, era criar o Banco Central, não é?

E.R. - O senhor se lembra de alguma coisa do governo Goulart? Por exemplo, o Plano Trienal, do Celso Furtado, tentava compatibilizar uma política de estabilização com as reformas de base, não é? Quer dizer, seria possível estabilizar e desenvolver ao mesmo tempo?

P.L. - Eu acho. Não vejo... Aquele Plano Trienal, do Celso, até é muito razoável. Essas coisas acabam nunca sendo examinadas e lidas. Acabou porque ela teve uma vida muito curta, porque pouco depois...

E.R. - Nem entrou em...

P.L. - Nem entrou, praticamente, em vigor, mas se você pegar o documento e ler, é uma coisa muito razoável. Havia uma preocupação em combater a inflação e havia uma preocupação em compatibilizar essas coisas todas.

E.R. - A parte monetária foi o próprio Casimiro Ribeiro que...

P.L. - Tenho a impressão de que o próprio Casimiro deve ter preparado para o Celso isso, não é?

E.R. - O senhor não participa nessa... Já estava...

P.L. - Não, não, não diretamente. Não, não.

I.F. - Já estava, então, no momento em que o presidente Castelo Branco assume a presidência, escolhe dr. Bulhões para ministro e coloca dr. Luís de Moraes Barros no Banco do Brasil. Quer dizer, já é, então, organizando isso?

P.L. - É. Já visando, não é? Já visando isso. É.

I.F. - Isso é uma coisa que ainda não tinha sido comentada, quer dizer, essa idéia de preparar não tinha surgido ainda. Estou achando isso interessante.

P.L. - Não; e é, justamente, aí - eu já tinha mencionado - o papel que o dr. Luís teve de controlar a máquina burocrática para não frustrar a idéia, não complicar. Porque o governo tinha todo o poder na mão, está entendendo? Mas, realmente, para ensejar uma criação tranqüila.

I.F. - Essa época, de 61 a 64, em que o senhor esteve na empresa particular, foi exatamente o período do governo João Goulart e que teve toda a conspiração, e, com a revolução, uma porção de bancos e empresas se movimentando, o IPES teve um papel muito importante.

P.L. - É. É.

I.F. - O senhor conhecia o pessoal do IPES? Tinha alguma ligação?

P.L. - Não. Eu nunca tive contato. Nunca tive contato.

I.F. - Nem essas pessoas com quem o senhor lidava?

P.L. - Não. Em termos de IPES, eu nunca tive contato com eles, não.

I.F. - Antônio Dias Leite, não tinha ligação com nada disso?

P.L. - Não. Não sei. Acho que Dias Leite nunca teve contato com o IPES, que eu soubesse, assim, não.

I.F. - Porque é interessante a gente ver, porque o núcleo que via a parte econômica dentro do IPES, aqui no Rio de Janeiro, parece que foi quase todo aproveitado no governo Castelo Branco.

P.L. - É. Por Castelo Branco, é.

E.R. - Fazia quase um ensaio da política que seria praticada no governo Castelo.

P.L. - É.

E.R. - Como o senhor vê 64, do ponto de vista da administração econômico-financeira? Como é que o senhor via essa coisa de Jango e de antes?

P.L. - Havia, realmente, um estado de bagunça nacional, não é? Não sei como é que se compara com hoje, tem que fazer umas comparações, mas havia, realmente, um estado de desorganização dentro da economia e... Essas coisas mudam, mas é quando você tem o primeiro surto inflacionário, não é? Porque, no fundo, a inflação descontrolada é o símbolo do desgoverno, não é? Porque quando você não consegue conciliar os interesses conflitantes é que você sai pela emissão de papel-moeda. A inflação, em última análise, é um sintoma do desgoverno.

E.R. - Agradar todo mundo e...

P.L. - Através do caminho da expansão do papel-moeda é que se vai multiplicar. Hoje até é meio ridículo, mas então se falava que no final do governo Jango a expectativa era que a inflação fosse para 120%, não sei que lá. Você se lembra, não é? Era uma coisa! [risos] Este país nosso é um país realmente sui generis, está entendendo? Mas havia essa preocupação. E 64 vem muito no sentido de controlar a inflação, de segurar o processo inflacionário e botar um pouco de ordem nas coisas.

E.R. - Uma coisa interessante é que o dr. Bulhões consegue passar o projeto da Sumoc no apagar das luzes do Estado Novo. É em 44. E o Banco Central é aprovado em 64, com a revolução, num momento também autoritário.

P.L. - É.

E.R. - É difícil estabelecer um rigor monetário, criar instituições, instrumentos de controle monetário com a interferência do político? Existe incompatibilidade entre essas funções ou...?

P.L. - Não, acho que existe uma dificuldade, não é? Existe essa dificuldade. Mas esse é que é o segredo de qualquer sociedade, está entendendo? É encontrar solução para esses problemas de uma forma que você consiga compatibilizar essas diferentes... E acho que isso é particularmente sério num país como o Brasil, que tem tantas coisas para fazer. Esse próprio conceito de estabilidade monetária, que eu mencionei, é um conceito que tem que ser definido nas condições brasileiras. O problema da estabilidade monetária num país como o Brasil, que tem toda essa responsabilidade de, enfim, reduzir essas desigualdades e também com o potencial tremendo que nós temos, não é? Então o conceito de estabilidade monetária tem de ser definido de uma forma diferente de um país, por exemplo, daqueles industrializados, já avançados, e que já resolveram os seus problemas básicos fundamentais. Então acho que isto é um problema que está permanentemente em pauta. A tese que eu tenho é que... não está muito em moda, hoje, mas eu acho que o Brasil tem que ter uma inflação sob controle. O problema é o seguinte: nós precisamos crescer 7%, basicamente, ao ano - e o Brasil já demonstrou que pode crescer 7% ao ano - Para resolver o problema de geração de empregos. Porque você só começa, realmente, a resolver os problemas da sociedade, gerando os empregos.

E.R. - Com essa expansão da população...

P.L. - Por quê? Porque todo ano, pela população que já existe, os novos entrantes no mercado de trabalho são da ordem de um milhão e quinhentos mil. Então você só pode acomodar essa gente, dando empregos razoáveis, se a economia cresce. Como nós precisamos crescer 7%, eles lá fora, os países industrializados, avançados, crescem três, 4%, está muito bom. Porque eles já resolveram os seus problemas fundamentais e têm uma inflação da ordem de quatro, 5%, que é um pouco menos. Então existem estudos teóricos que mostram que o Brasil, para forçar esse crescimento, vai ter, na melhor das hipóteses, uma inflação de 15, 20%. O problema é você manter isto sob controle. O que eu digo é o seguinte: se o Brasil quiser ter uma inflação igual à dos seus parceiros, vai pagar um preço em termos de crescimento econômico. E eu acho...

E.R. - Vai crescer pouco.

P.L. - Vai crescer um pouco menos, quer dizer, vai crescer menos, digamos, assim, um, 2%, mas estes um, 2% são importantíssimos. Porque em crescimento econômico, a perspectiva que você tem que colocar, tem que ser no mínimo de uma geração. E um, 2% ao ano, em trinta anos, faz uma diferença brutal. Então você tem que definir esse conceito de estabilidade monetária nesse contexto de um país que tem estes problemas todos para resolver: pobreza absoluta e geração de empregos.

E.R. - O senhor acha que essa receita que o dr. Bulhões de vez em quando está mencionando, de só gastar o que arrecada, é uma receita que prejudicaria o relançamento da economia nesse sentido?

P.L. - Não, não, não. Aí, você tem que entender o dr. Bulhões. Você tem que colocá-lo - é o homem e sua circunstância - no momento específico que você está vivendo. É que,

diante de um quadro de desorganização, de destempero total, você, então, quer fazer uma coisa mais violenta...

E.R. - Você quer arrumar a casa.

P.L. - Arrumar a casa e tal. É uma visão. Não vejo muito essa saída em termos de choque. Eu acho que você tem que montar um grande esquema qualquer de pacto nacional, para poder acertar isso, negociar, está entendendo? Não em termos de dar um choque para tentar acabar com a inflação. Porque, aí, você é levado a uma série de conseqüências que não são compatíveis... O curto prazo não fica compatível com o médio e longo prazo. Acho que isto é um complicado. Você tem que ter um programa de estabilização, e o Banco Central é o órgão fundamental para isto. Você tem que ter um plano de estabilização que seja compatível com o curto, com o médio e longo prazo. Porque se você, digamos assim, quer partir para a idéia, que hoje está aí, de vamos acabar com a inflação, vamos ter uma inflação igual à dos países... quer dizer, praticamente zero... Já não digo zero, mas igual à dos países industrializados, você é levado à conclusão que não se precisa mais ter correção monetária no Brasil. Porque não precisa. Eles vivem lá sem correção monetária. Você se ajusta através de taxa de juros e tal. Mas se você parte da posição que eu parto, de que vai ter, permanentemente, sob controle, uma inflação superior à dos seus parceiros lá fora, você tem que montar um esquema de correção monetária, que eu chamo um esquema de correção monetária inteligente. Por quê? Porque se você admite essa premissa inicial, então vai ter que ajustar o câmbio. Se os seus preços estão subindo mais rapidamente do que os de seus parceiros, então, você vai ter que ajustar o câmbio. Ajustando o câmbio, num clima de desenvolvimento, digamos assim, com as características de democracia, você tem sindicatos fortes. Os sindicatos vão pressionar, então você vai ter ajuste dos salários. Se você tem ajuste do câmbio e ajuste dos salários, você tem que ter correção monetária, senão o sistema financeiro não funciona, ou funciona desorganizadamente ou com menos eficiência. Então você tem que ter correção monetária, para poder gerar poupança, que você precisa para financiar o desenvolvimento econômico. Então você é obrigado a ter um sistema de correção monetária, que eu chamo um sistema de correção monetária inteligente. Que é o quê? É um sistema de correção monetária que é, em primeiro lugar, entendido pelos diferentes parceiros. Porque, hoje, a correção monetária continua a não ser entendida. O pessoal gosta da correção monetária, quando é para receber. Mas, quando é para pagar, ninguém quer. [riso] Todo mundo gosta da correção monetária para a caderneta de poupança, mas na hora de acertar o aluguel, todo mundo fica uma fera. Na hora de corrigir os impostos, todo mundo fica uma fera. Então, você tem isso de um lado; e, de outro, você tem certas características na correção monetária de que você tem que fazer o chamado expurgo, quer dizer, não é toda a variação de preço que você passa. Você tem dois conceitos: o comportamento dos preços, que você capta através dos indicadores - a Fundação Getúlio Vargas é um dos organismos, digamos assim, clássicos para fazer esse tipo de medida - e o indexador dos contratos. Mas estes são dois conceitos paralelos que não se confundem, porque em determinadas situações, você não pode passar todas as variações de preço no indexador dos contratos. Então você tem que fazer - ficou uma palavra pessimamente conotada - o negócio do expurgo. Mas por quê? Porque isso foi desenvolvido no regime autoritário em que isso era feito de cima para baixo. Nunca havia uma discussão com a sociedade para explicar isso, para dizer: "Não, tem que haver." Por exemplo, se você tem uma situação qualquer, o governo está numa situação de... precisar de dinheiro, então

aumenta os impostos indiretos, vai subir os preços. Então, quer dizer, os preços sobem, mas você não pode deixar o indexador dos contratos captar essa elevação de impostos, porque, senão, você está dando dinheiro para pagar os impostos e, aí, você está perpetuando a inflação, entendeu?

E.R. - Nesse sentido, a correção é uma...

P.L. - A correção é um preço que você paga para poder acelerar o desenvolvimento econômico acima daquilo que seria, digamos assim, viável, se você quisesse ter uma inflação igual à dos seus parceiros. O Banco Central é muito importante nisso porque é o organismo que tem que zelar por essa preocupação.

I.F. - O senhor está falando todas essas coisas aí, e fiquei pensando: tem o Banco do Brasil, tem o Banco Central, tem o Ministério da Fazenda, tem o Ministério do Planejamento, tem a Presidência da República, tem Câmara e Senado, que atuam nisso tudo também, e tem os outros ministérios que precisam de dinheiro para poder desenvolver o país. Tem as necessidades da população. E uma das coisas que conversamos ainda ontem: quando falam em correção monetária, dizem assim: "A caderneta deu tanto." Ainda não entenderam que aquilo não deu nada, não, apenas se está corrigindo. Como é que pode um governo, que é transitório, cinco anos, que tem pessoas políticas, não só técnicas, lidando com tudo isso, planejar, botar em prática e organizar esse quebra-cabeça, de uma maneira correta, perfeita, homogênea?

P.L. - Eu acho que depende. Você tem que ter, digamos assim, um grupo pensante, está entendendo?

I.F. - Entra aí, também, sindicato e Ministério do Trabalho.

P.L. - Ah, não, claro. É fundamental. É fundamental. Porque aí vem a premissa que você quer desenvolver num sistema democrático, e o sindicato é peça fundamental neste processo do sistema capitalista, que precisa dos sindicatos para poder contrabalançar as coisas, não é?

E.R. - É o interlocutor, não é?

P.L. - Porque num processo, justamente, em que a empresa gera o lucro, o sindicato vai atrás, toma uma parte do lucro. A empresa, então, aumenta a produtividade, e você acaba aumentando os salários em termos reais. Você precisa da arma do sindicato. Sindicato livre, independente. Agora, a saída para essa colocação que você falou, com todas essas contradições, essas divergências, é ter um grupo pensante que imagina um

esquema. O que eu acho que tem faltado no Brasil é justamente esse grupo que tenha essa idéia, está entendendo? Em primeiro lugar, tem que ter legitimidade política, para esse grupo com legitimidade política, então, discutir esse programa com os diferentes segmentos da sociedade. Para encontrar uma base mínima de apoio. Não, não tem que ter unanimidade. Porque isto não existe. Você vai ter sempre os extremos que realmente não estão interessados, por razões válidas, nos seus casos respectivos, mas que não estão interessados. Mas você tem que conseguir que esse projeto fundamental, respaldado no apoio político, ganhe o apoio, para poder você, inclusive, fazer as modificações legislativas e ter o apoio da sociedade, não é? Porque é a tal história, que eu digo sempre: nessa altura, você não tem que falar em sacrifício. Acho que perturba muito... Aí começa logo... vem a idéia do sacrifício: "Não, tem que fazer sacrifício, todo mundo tem que se sacrificar." Eu acho que isto não leva a nada! Porque ninguém vai querer se sacrificar. Eu acho que a realidade da sociedade humana é a "lei de Gérson". Todo mundo quer levar vantagem, está entendendo? Uns mais, outros menos. E é assim que funciona o sistema. Nós estamos assistindo a isto hoje: o problema dessa desmontagem dos países socialistas. Está entendendo? Porque isso não corresponde à realidade humana. Então você tem que ter um esquema em que não é falar em sacrifício, é falar em disciplina. Então todo mundo aceita e todo mundo tem que achar que está se beneficiando do esquema, quer dizer, leva uma vantagem e paga um preço por esta vantagem, mas tem que ver uma vantagem nesse processo. Agora, tem que haver a habilidade para você montar uma coisa razoável. Acho isto possível, porque o Brasil tem este potencial de crescimento, e uma sociedade que está crescendo tem o que distribuir.

I.F. - Então, muito mais importante do que o autoritarismo, o senhor vê a importância de um governo coeso e com autoridade.

P.L. - E com autoridade. E que possa negociar esse grande... A palavra ficou muito desgastada, mas tem que negociar um pacto, realmente. Negociar um pacto.

I.F. - Mas para isso tem que ter uma autoridade e respeito.

P.L. - Tem que ter. E acho que nas circunstâncias atuais tem, porque você tem esse problema todo da dívida externa, então... Já tenho, pessoalmente, feito propostas específicas sobre isso e tal. Você tem que montar, em torno da solução do problema da dívida externa, um programa desses.

E.R. - Dr. Paulo, estou ouvindo o senhor falar nas questões do desenvolvimento econômico, que seria a única forma de incorporar essa população toda que vai necessitando se integrar ao mercado de trabalho, a cada ano, num país que em 70, na Copa de 70, a música dizia... Era quanto? Oitenta milhões, noventa milhões...?

P.L. - Noventa milhões, não é? Noventa milhões. Hoje já somos 140.

E.R. - E os monetaristas, basicamente, não são pessoas muito preocupadas com este tema, desenvolvimento. Eles são mais preocupados com as relações, quer dizer, com a manutenção da... a arrumação da casa, não é? Restringir a expansão do crédito. Quer dizer: as grandes pressões para o desenvolvimento não são muito compatíveis com a necessidade de se restringir o crédito, como foi todo o período Castelo. É uma pressão que pode ser uma pressão funcional, harmônica. Mas, de um lado, os setores que querem se desenvolver pressionam para que o crédito seja liberado; de outro lado, o governo que quis restringir o crédito para baixar a inflação e harmonizar a casa. Estou vendo, aqui, que o senhor tem uma carreira muito ligada à questão monetária, certamente, aos grupos monetaristas, mas tem, aqui também, aulas de moeda, de crédito, não podia deixar de ser, mas num curso patrocinado pela CEPAL.

P.L. - É.

E.R. - A CEPAL foi, talvez, a primeira interlocutora, do ponto de vista da economia, dos monetaristas. Era uma concepção que via, quer dizer... A saída para os países subdesenvolvidos era a industrialização, era o crescimento. Como é que o senhor se localiza nessas vertentes: a questão do desenvolvimento, a questão da moeda?

P.L. - Você deve ter sentido isso porque a minha definição de estabilidade monetária já é uma definição condicionada por essa visão aí. Eu acho que o problema número um do Brasil é o problema do crescimento econômico seguia aquela filosofia, aquele modo de ver.

E.R. - Na linha neoliberal, monetarista.

P.L. - É. Basicamente. Basicamente.

E.R. - Dr. Paulo, a pressão fundamental contra a criação do Banco Central, o senhor está nos explicando que foi dos burocratas, dos altos funcionários do Banco do Brasil que estavam se achando...

P.L. - É. Porque havia esse temor histórico, não é? De que ele perdesse poder e perdesse... Como de fato, quer dizer, na realidade perdia. O problema é o seguinte: você tem que ter, numa sociedade democrática, uma burocracia interessada em estabilidade monetária. Isto é uma visão do Eduardo Gomes também, ele fala sempre nisso. Você tem que ter dentro da máquina burocrática que conduz qualquer Estado moderno, um grupo que se preocupa com o problema da estabilidade monetária e o problema do equilíbrio externo, a administração das reservas do país, porque o país depende de pagamentos, recebimentos em moeda estrangeira. Então, você tem que ter dentro dessa máquina burocrática um grupo, digamos assim, cuja vocação profissional é se preocupar com este tipo de problema, estabilidade monetária e administração das reservas. Então, isso daí você cria; agora, a incompatibilidade que havia é que dentro

do Banco do Brasil... O Banco do Brasil é um banco que empresta, que tem interesse na expansão dos empréstimos. Então existe realmente uma certa...

[FINAL DA FITA 1-A]

P.L. - Então, é claro que tinha que existir um Banco Central em separado do Banco do Brasil. Não podia ser a mesma coisa.

E.R. - A conta conjunta que o Banco do Brasil tinha com o Banco Central, na época, era... algo absolutamente contraditório, não é?

P.L. - Não, não, aí, não. Porque aí é que é a história. A compatibilização disso era feita através da idéia do orçamento monetário, que era preparado no Banco Central, no qual se inseriam, como uma das atividades principais, as atividades de empréstimo do Banco do Brasil. Então você tinha que estabelecer limites à atuação, à expansão do Banco do Brasil. Isso, realmente, sempre gerou um certo atrito, digamos assim, permanente, entre as duas instituições, que dependiam muito da orientação geral da política, não é? Mas o instrumento para realizar essa compatibilização da atuação do Banco do Brasil e da atuação do Banco Central, era o orçamento monetário, que era aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, onde o próprio Banco do Brasil também sentava.

E.R. - Estou insistindo nessa questão, pelo seguinte: muitos funcionários do Banco do Brasil eram parlamentares e faziam pressão para que o projeto da criação do Banco Central não passasse no próprio Congresso.

P.L. - É. Havia. É.

E.R. - E também estou me referindo a outro possível grupo, que seriam os ruralistas, que recebiam muitos empréstimos, financiamento da sua produção através do Banco do Brasil e que já tinham seus lobbies com certeza, sabiam em quais portas bater; e talvez os bancos privados também. O senhor identifica, nesses grupos, também pressões que funcionavam no mesmo sentido?

P.L. - É possível. É possível também. Isso, francamente, também acho que é um pouco de elemento de ignorância, está entendendo? Nisso tudo, acho que joga um papel muito grande... [riso]

E.R. - Mas politicamente...

P.L. - Mas politicamente atuante também, porque o Banco do Brasil tinha... Também uma pessoa que foi muito importante - vocês já devem ter chegado a isso lá -, uma pessoa que desempenhou um papel muito importante na condução disso na área legislativa, foi o senador Mem de Sá. Porque o Mem de Sá, que também tinha uma grande admiração pelo dr. Bulhões, foi o homem encarregado, pelo presidente Castelo Branco, de fazer passar o projeto do Banco Central, enquanto estava tramitando no Congresso, não é?

I.F. - É, dr. Bulhões comentou isso.

P.L. - É. Ele, inclusive, foi extremamente importante. Justamente como eu era a pessoa técnica junto ao Moraes Barros, eu tive oportunidade de participar de algumas reuniões, na parte final já, para dar os acertos finais no projeto, digamos assim, dentro da negociação dentro do governo; para acertar o projeto. Nessas reuniões estavam lá o pessoal do Banco Central, Dênio e o senador Mem de Sá, e eu acompanhava, geralmente, o Moraes Barros. O senador Mem de Sá tem aquele livro de memórias dele, não é? Ele até conta sobre uma das últimas reuniões -praticamente a última reunião que foi feita aqui no palácio das Laranjeiras - para definir os últimos conformes, digamos assim, do projeto. E o Moraes Barros me levou lá, e eu participei da reunião. Na época, eu era jovem, ainda tinha umas opiniões lá, e de fato foi uma...

I.F. - Quer dizer que o senhor em 50 foi para o Banco do Brasil, para a Cexim; em 53, para a Sumoc, e lá o senhor continuou até 64.

P.L. - Até 64. Em 64 eu estava fora do Banco e fui para o Banco do Brasil.

I.F. - Neste mesmo período é que o senhor esteve na Ecotec?

P.L. - Foi. De 60-61 até 64.

I.F. - Aí, particular, quer dizer, acumulava isso com a Sumoc.

P.L. - Não, mas eu estava fora. Eu tinha pedido licença, não é? Pedido licença. Estava fora.

E.R. - No governo Goulart, o senhor não estava na...

P.L. - Não. Foi por causa daquelas confusões. Aquilo também, de certa maneira, estimulou que eu procurasse sair um pouco. Porque estava confuso demais.

E.R. - O senhor pegou um pedaço do governo Goulart na Sumoc?

P.L. - Eu peguei 60, não é? Em 60-61, eu estava...

I.F. - Em 61 foi a renúncia do Jânio Quadros.

P.L. - Em 61 foi a renúncia do Jânio, não é? Eu, francamente, não me lembro exatamente quando é que fui para a Ecotec. Mas foi nessa época.

I.F. - Inclusive, em 61, durante os poucos meses do governo Jânio Quadros, dr. Bulhões estava na Sumoc, e o ministro era Clemente Mariani.

P.L. - Nessa época, eu estava ainda na Sumoc. Eu me lembro. Clemente Mariani. Houve aquelas reformas. É.

E.R. - Bulhões fica na Sumoc no período parlamentarista, não é?

P.L. - É. Mas nessa época, no início de 61, eu ainda estava na Sumoc. Aquelas reformas todas que foram feitas.

I.F. - Aí, o senhor se afasta. Banco do Brasil, Sumoc, tudo...

P.L. - Peço uma licença para tratar de interesses particulares e vou para... E volto. Mas quando volto, como já disse, volto para...

I.F. - E ainda, então, com [inaudível] Castelo Branco, o senhor é convidado por quem para essa assessoria?

P.L. - Pelo Moraes Barros.

I.F. - Por ele mesmo. O senhor o conhecia de onde?

P.L. - Não. Eu não conhecia. Indicaram a ele o meu nome, não é?

I.F. - É porque o senhor muito moço já tinha feito uma carreira grande nessa...

P.L. - É. [riso] É. Enfim, indicaram meu nome a ele, e quando ele me fez o convite, na época me interessou realmente... Enfim, todo aquele clima que existia, e eu voltei.

I.F. - É impressão minha ou o senhor deu a entender que essa escolha do dr. Luís de Moraes Barros para o Banco do Brasil já foi preparando caminho para o Banco Central?

P.L. - Ah, sim. Ele nunca me disse isso, está entendendo? Também nunca vi isso dito, mas pelo comportamento e pelo que aconteceu, eu tenho convicção de que quando ele foi convidado, já foi convidado com a idéia de que... Porque, inclusive, uma das bandeiras, na época, era criar o Banco Central, não é?

E.R. - O senhor se lembra de alguma coisa do governo Goulart? Por exemplo, o Plano Trienal, do Celso Furtado, tentava compatibilizar uma política de estabilização com as reformas de base, não é? Quer dizer, seria possível estabilizar e desenvolver ao mesmo tempo?

P.L. - Eu acho. Não vejo... Aquele Plano Trienal, do Celso, até é muito razoável. Essas coisas acabam nunca sendo examinadas e lidas. Acabou porque ela teve uma vida muito curta, porque pouco depois...

E.R. - Nem entrou em...

P.L. - Nem entrou, praticamente, em vigor, mas se você pegar o documento e ler, é uma coisa muito razoável. Havia uma preocupação em combater a inflação e havia uma preocupação em compatibilizar essas coisas todas.

E.R. - A parte monetária foi o próprio Casimiro Ribeiro que...

P.L. - Tenho a impressão de que o próprio Casimiro deve ter preparado para o Celso isso, não é?

E.R. - O senhor não participa nessa... Já estava...

P.L. - Não, não, não diretamente. Não, não.

I.F. - Já estava, então, no momento em que o presidente Castelo Branco assume a presidência, escolhe dr. Bulhões para ministro e coloca dr. Luís de Moraes Barros no Banco do Brasil. Quer dizer, já é, então, organizando isso?

P.L. - É. Já visando, não é? Já visando isso. É.

I.F. - Isso é uma coisa que ainda não tinha sido comentada, quer dizer, essa idéia de preparar não tinha surgido ainda. Estou achando isso interessante.

P.L. - Não; e é, justamente, aí - eu já tinha mencionado - o papel que o dr. Luís teve de controlar a máquina burocrática para não frustrar a idéia, não complicar. Porque o governo tinha todo o poder na mão, está entendendo? Mas, realmente, para ensejar uma criação tranqüila.

I.F. - Essa época, de 61 a 64, em que o senhor esteve na empresa particular, foi exatamente o período do governo João Goulart e que teve toda a conspiração, e, com a revolução, uma porção de bancos e empresas se movimentando, o IPES teve um papel muito importante.

P.L. - É. É.

I.F. - O senhor conhecia o pessoal do IPES? Tinha alguma ligação?

P.L. - Não. Eu nunca tive contato. Nunca tive contato.

I.F. - Nem essas pessoas com quem o senhor lidava?

P.L. - Não. Em termos de IPES, eu nunca tive contato com eles, não.

I.F. - Antônio Dias Leite, não tinha ligação com nada disso?

P.L. - Não. Não sei. Acho que Dias Leite nunca teve contato com o IPES, que eu soubesse, assim, não.

I.F. - Porque é interessante a gente ver, porque o núcleo que via a parte econômica dentro do IPES, aqui no Rio de Janeiro, parece que foi quase todo aproveitado no governo Castelo Branco.

P.L. - É. Por Castelo Branco, é.

E.R. - Fazia quase um ensaio da política que seria praticada no governo Castelo.

P.L. - É.

E.R. - Como o senhor vê 64, do ponto de vista da administração econômico-financeira? Como é que o senhor via essa coisa de Jango e de antes?

P.L. - Havia, realmente, um estado de bagunça nacional, não é? Não sei como é que se compara com hoje, tem que fazer umas comparações, mas havia, realmente, um estado de desorganização dentro da economia e... Essas coisas mudam, mas é quando você tem o primeiro surto inflacionário, não é? Porque, no fundo, a inflação descontrolada é o símbolo do desgoverno, não é? Porque quando você não consegue conciliar os interesses conflitantes é que você sai pela emissão de papel-moeda. A inflação, em última análise, é um sintoma do desgoverno.

E.R. - Agradar todo mundo e...

P.L. - Através do caminho da expansão do papel-moeda é que se vai multiplicar. Hoje até é meio ridículo, mas então se falava que no final do governo Jango a expectativa era que a inflação fosse para 120%, não sei que lá. Você se lembra, não é? Era uma coisa! [risos] Este país nosso é um país realmente sui generis, está entendendo? Mas havia essa preocupação. E 64 vem muito no sentido de controlar a inflação, de segurar o processo inflacionário e botar um pouco de ordem nas coisas.

E.R. - Uma coisa interessante é que o dr. Bulhões consegue passar o projeto da Sumoc no apagar das luzes do Estado Novo. É em 44. E o Banco Central é aprovado em 64, com a revolução, num momento também autoritário.

P.L. - É.

E.R. - É difícil estabelecer um rigor monetário, criar instituições, instrumentos de controle monetário com a interferência do político? Existe incompatibilidade entre essas funções ou...?

P.L. - Não, acho que existe uma dificuldade, não é? Existe essa dificuldade. Mas esse é que é o segredo de qualquer sociedade, está entendendo? É encontrar solução para esses problemas de uma forma que você consiga compatibilizar essas diferentes... E acho que isso é particularmente sério num país como o Brasil, que tem tantas coisas para fazer. Esse próprio conceito de estabilidade monetária, que eu mencionei, é um conceito que tem que ser definido nas condições brasileiras. O problema da estabilidade monetária num país como o Brasil, que tem toda essa responsabilidade de, enfim, reduzir essas desigualdades e também com o potencial tremendo que nós temos, não é? Então o conceito de estabilidade monetária tem de ser definido de uma forma diferente de um país, por exemplo, daqueles industrializados, já avançados, e que já resolveram os seus problemas básicos fundamentais. Então acho que isto é um problema que está permanentemente em pauta. A tese que eu tenho é que... não está muito em moda, hoje, mas eu acho que o Brasil tem que ter uma inflação sob controle. O problema é o seguinte: nós precisamos crescer 7%, basicamente, ao ano - e o Brasil já demonstrou

que pode crescer 7% ao ano - Para resolver o problema de geração de empregos. Porque você só começa, realmente, a resolver os problemas da sociedade, gerando os empregos.

E.R. - Com essa expansão da população...

P.L. - Por quê? Porque todo ano, pela população que já existe, os novos entrantes no mercado de trabalho são da ordem de um milhão e quinhentos mil. Então você só pode acomodar essa gente, dando empregos razoáveis, se a economia cresce. Como nós precisamos crescer 7%, eles lá fora, os países industrializados, avançados, crescem três, 4%, está muito bom. Porque eles já resolveram os seus problemas fundamentais e têm uma inflação da ordem de quatro, 5%, que é um pouco menos. Então existem estudos teóricos que mostram que o Brasil, para forçar esse crescimento, vai ter, na melhor das hipóteses, uma inflação de 15, 20%. O problema é você manter isto sob controle. O que eu digo é o seguinte: se o Brasil quiser ter uma inflação igual à dos seus parceiros, vai pagar um preço em termos de crescimento econômico. E eu acho...

E.R. - Vai crescer pouco.

P.L. - Vai crescer um pouco menos, quer dizer, vai crescer menos, digamos, assim, um, 2%, mas estes um, 2% são importantíssimos. Porque em crescimento econômico, a perspectiva que você tem que colocar, tem que ser no mínimo de uma geração. E um, 2% ao ano, em trinta anos, faz uma diferença brutal. Então você tem que definir esse conceito de estabilidade monetária nesse contexto de um país que tem estes problemas todos para resolver: pobreza absoluta e geração de empregos.

E.R. - O senhor acha que essa receita que o dr. Bulhões de vez em quando está mencionando, de só gastar o que arrecada, é uma receita que prejudicaria o relançamento da economia nesse sentido?

P.L. - Não, não, não. Aí, você tem que entender o dr. Bulhões. Você tem que colocá-lo - é o homem e sua circunstância - no momento específico que você está vivendo. É que, diante de um quadro de desorganização, de destemper total, você, então, quer fazer uma coisa mais violenta...

E.R. - Você quer arrumar a casa.

P.L. - Arrumar a casa e tal. É uma visão. Não vejo muito essa saída em termos de choque. Eu acho que você tem que montar um grande esquema qualquer de pacto nacional, para poder acertar isso, negociar, está entendendo? Não em termos de dar um choque para tentar acabar com a inflação. Porque, aí, você é levado a uma série de conseqüências que não são compatíveis... O curto prazo não fica compatível com o médio e longo prazo. Acho que isto é um complicador. Você tem que ter um programa

de estabilização, e o Banco Central é o órgão fundamental para isto. Você tem que ter um plano de estabilização que seja compatível com o curto, com o médio e longo prazo. Porque se você, digamos assim, quer partir para a idéia, que hoje está aí, de vamos acabar com a inflação, vamos ter uma inflação igual à dos países... quer dizer, praticamente zero... Já não digo zero, mas igual à dos países industrializados, você é levado à conclusão que não se precisa mais ter correção monetária no Brasil. Porque não precisa. Eles vivem lá sem correção monetária. Você se ajusta através de taxa de juros e tal. Mas se você parte da posição que eu parto, de que vai ter, permanentemente, sob controle, uma inflação superior à dos seus parceiros lá fora, você tem que montar um esquema de correção monetária, que eu chamo um esquema de correção monetária inteligente. Por quê? Porque se você admite essa premissa inicial, então vai ter que ajustar o câmbio. Se os seus preços estão subindo mais rapidamente do que os de seus parceiros, então, você vai ter que ajustar o câmbio. Ajustando o câmbio, num clima de desenvolvimento, digamos assim, com as características de democracia, você tem sindicatos fortes. Os sindicatos vão pressionar, então você vai ter ajuste dos salários. Se você tem ajuste do câmbio e ajuste dos salários, você tem que ter correção monetária, senão o sistema financeiro não funciona, ou funciona desorganizadamente ou com menos eficiência. Então você tem que ter correção monetária, para poder gerar poupança, que você precisa para financiar o desenvolvimento econômico. Então você é obrigado a ter um sistema de correção monetária, que eu chamo um sistema de correção monetária inteligente. Que é o quê? É um sistema de correção monetária que é, em primeiro lugar, entendido pelos diferentes parceiros. Porque, hoje, a correção monetária continua a não ser entendida. O pessoal gosta da correção monetária, quando é para receber. Mas, quando é para pagar, ninguém quer. [riso] Todo mundo gosta da correção monetária para a caderneta de poupança, mas na hora de acertar o aluguel, todo mundo fica uma fera. Na hora de corrigir os impostos, todo mundo fica uma fera. Então, você tem isso de um lado; e, de outro, você tem certas características na correção monetária de que você tem que fazer o chamado expurgo, quer dizer, não é toda a variação de preço que você passa. Você tem dois conceitos: o comportamento dos preços, que você capta através dos indicadores - a Fundação Getúlio Vargas é um dos organismos, digamos assim, clássicos para fazer esse tipo de medida - e o indexador dos contratos. Mas estes são dois conceitos paralelos que não se confundem, porque em determinadas situações, você não pode passar todas as variações de preço no indexador dos contratos. Então você tem que fazer - ficou uma palavra pessimamente conotada - o negócio do expurgo. Mas por quê? Porque isso foi desenvolvido no regime autoritário em que isso era feito de cima para baixo. Nunca havia uma discussão com a sociedade para explicar isso, para dizer: "Não, tem que haver." Por exemplo, se você tem uma situação qualquer, o governo está numa situação de... precisar de dinheiro, então aumenta os impostos indiretos, vai subir os preços. Então, quer dizer, os preços sobem, mas você não pode deixar o indexador dos contratos captar essa elevação de impostos, porque, senão, você está dando dinheiro para pagar os impostos e, aí, você está perpetuando a inflação, entendeu?

E.R. - Nesse sentido, a correção é uma...

P.L. - A correção é um preço que você paga para poder acelerar o desenvolvimento econômico acima daquilo que seria, digamos assim, viável, se você quisesse ter uma inflação igual à dos seus parceiros. O Banco Central é muito importante nisso porque é o organismo que tem que zelar por essa preocupação.

I.F. - O senhor está falando todas essas coisas aí, e fiquei pensando: tem o Banco do Brasil, tem o Banco Central, tem o Ministério da Fazenda, tem o Ministério do Planejamento, tem a Presidência da República, tem Câmara e Senado, que atuam nisso tudo também, e tem os outros ministérios que precisam de dinheiro para poder desenvolver o país. Tem as necessidades da população. E uma das coisas que conversamos ainda ontem: quando falam em correção monetária, dizem assim: "A caderneta deu tanto." Ainda não entenderam que aquilo não deu nada, não, apenas se está corrigindo. Como é que pode um governo, que é transitório, cinco anos, que tem pessoas políticas, não só técnicas, lidando com tudo isso, planejar, botar em prática e organizar esse quebra-cabeça, de uma maneira correta, perfeita, homogênea?

P.L. - Eu acho que depende. Você tem que ter, digamos assim, um grupo pensante, está entendendo?

I.F. - Entra aí, também, sindicato e Ministério do Trabalho.

P.L. - Ah, não, claro. É fundamental. É fundamental. Porque aí vem a premissa que você quer desenvolver num sistema democrático, e o sindicato é peça fundamental neste processo do sistema capitalista, que precisa dos sindicatos para poder contrabalançar as coisas, não é?

E.R. - É o interlocutor, não é?

P.L. - Porque num processo, justamente, em que a empresa gera o lucro, o sindicato vai atrás, toma uma parte do lucro. A empresa, então, aumenta a produtividade, e você acaba aumentando os salários em termos reais. Você precisa da arma do sindicato. Sindicato livre, independente. Agora, a saída para essa colocação que você falou, com todas essas contradições, essas divergências, é ter um grupo pensante que imagina um esquema. O que eu acho que tem faltado no Brasil é justamente esse grupo que tenha essa idéia, está entendendo? Em primeiro lugar, tem que ter legitimidade política, para esse grupo com legitimidade política, então, discutir esse programa com os diferentes segmentos da sociedade. Para encontrar uma base mínima de apoio. Não, não tem que ter unanimidade. Porque isto não existe. Você vai ter sempre os extremos que realmente não estão interessados, por razões válidas, nos seus casos respectivos, mas que não estão interessados. Mas você tem que conseguir que esse projeto fundamental, respaldado no apoio político, ganhe o apoio, para poder você, inclusive, fazer as modificações legislativas e ter o apoio da sociedade, não é? Porque é a tal história, que eu digo sempre: nessa altura, você não tem que falar em sacrifício. Acho que perturba muito... Aí começa logo... vem a idéia do sacrifício: "Não, tem que fazer sacrifício, todo mundo tem que se sacrificar." Eu acho que isto não leva a nada! Porque ninguém vai querer se sacrificar. Eu acho que a realidade da sociedade humana é a "lei de Gérson". Todo mundo quer levar vantagem, está entendendo? Uns mais, outros menos. E é assim que funciona o sistema. Nós estamos assistindo a isto hoje: o problema dessa desmontagem dos países socialistas. Está entendendo? Porque isso não corresponde à realidade

humana. Então você tem que ter um esquema em que não é falar em sacrifício, é falar em disciplina. Então todo mundo aceita e todo mundo tem que achar que está se beneficiando do esquema, quer dizer, leva uma vantagem e paga um preço por esta vantagem, mas tem que ver uma vantagem nesse processo. Agora, tem que haver a habilidade para você montar uma coisa razoável. Acho isto possível, porque o Brasil tem este potencial de crescimento, e uma sociedade que está crescendo tem o que distribuir.

I.F. - Então, muito mais importante do que o autoritarismo, o senhor vê a importância de um governo coeso e com autoridade.

P.L. - E com autoridade. E que possa negociar esse grande... A palavra ficou muito desgastada, mas tem que negociar um pacto, realmente. Negociar um pacto.

I.F. - Mas para isso tem que ter uma autoridade e respeito.

P.L. - Tem que ter. E acho que nas circunstâncias atuais tem, porque você tem esse problema todo da dívida externa, então... Já tenho, pessoalmente, feito propostas específicas sobre isso e tal. Você tem que montar, em torno da solução do problema da dívida externa, um programa desses.

E.R. - Dr. Paulo, estou ouvindo o senhor falar nas questões do desenvolvimento econômico, que seria a única forma de incorporar essa população toda que vai necessitando se integrar ao mercado de trabalho, a cada ano, num país que em 70, na Copa de 70, a música dizia... Era quanto? Oitenta milhões, noventa milhões...?

P.L. - Noventa milhões, não é? Noventa milhões. Hoje já somos 140.

E.R. - E os monetaristas, basicamente, não são pessoas muito preocupadas com este tema, desenvolvimento. Eles são mais preocupados com as relações, quer dizer, com a manutenção da... a arrumação da casa, não é? Restringir a expansão do crédito. Quer dizer: as grandes pressões para o desenvolvimento não são muito compatíveis com a necessidade de se restringir o crédito, como foi todo o período Castelo. É uma pressão que pode ser uma pressão funcional, harmônica. Mas, de um lado, os setores que querem se desenvolver pressionam para que o crédito seja liberado; de outro lado, o governo que quis restringir o crédito para baixar a inflação e harmonizar a casa. Estou vendo, aqui, que o senhor tem uma carreira muito ligada à questão monetária, certamente, aos grupos monetaristas, mas tem, aqui também, aulas de moeda, de crédito, não podia deixar de ser, mas num curso patrocinado pela CEPAL.

P.L. - É.

E.R. - A CEPAL foi, talvez, a primeira interlocutora, do ponto de vista da economia, dos monetaristas. Era uma concepção que via, quer dizer... A saída para os países subdesenvolvidos era a industrialização, era o crescimento. Como é que o senhor se localiza nessas vertentes: a questão do desenvolvimento, a questão da moeda?

P.L. - Você deve ter sentido isso porque a minha definição de estabilidade monetária já é uma definição condicionada por essa visão aí. Eu acho que o problema número um do Brasil é o problema do crescimento econômico. Dar estabilidade é um meio para você ter isto de forma sustentável. Porque o problema não é você crescer num ano oito, 9% - o Brasil já teve esse exemplo -, e depois os problemas se acumulam, tem um retrocesso, e você acaba perdendo aquilo que ganhou. Então a compatibilização vem com a preocupação de que aquele problema é um crescimento acelerado, mas é, também, sustentável ao longo do tempo. E aí, quando você pensa em sustentabilidade, tem a sustentabilidade internamente, que é o problema da inflação sob controle, e externamente, o problema do balanço de pagamentos. Porque, senão, você entra nas crises. E você vê as crises políticas no Brasil, em última análise, acabam sendo crises do balanço de pagamentos. Porque o país não pode pagar, e aí, realmente, a coisa chega a um ponto que não tem saída mesmo. Eu acho que é uma questão de ênfase, está entendendo? Essa discussão de monetarista ou não monetarista. É uma questão da forma como você aborda o problema. Porque, em última análise, os monetaristas também se preocupam com a questão de crescimento econômico. Mas acho que, às vezes, é a forma de você colocar o problema que cria certas dificuldades. Por isto é que acho que você tem que ter um programa, no qual esses aspectos sejam todos balanceados. Porque, por exemplo, nessa idéia que tenho desenvolvido, você vai estabelecer, definir essa questão da correção monetária, definir com que rapidez quer que a inflação baixe, está certo? Isto é parte do entendimento. Mas acho que num país como o Brasil, o problema número um é crescimento econômico. Agora, crescimento econômico acelerado, mas sustentável. Por isto é que você tem que compatibilizar os dois aspectos.

E.R. - O senhor acha que a gente pode crescer com as taxas de juros internacionais como elas estão?

P.L. - Eu acho que nesse nível que está aí, dá. Esse nível que está aí, oito, 9%, dá. Acho que você tem que fazer... digo: você tem que aprender. Coisa importante é você aprender as lições da história para não repetir, pelo menos, os mesmos erros. Então acho o seguinte: você, quando vai montar um esquema desses, em que um dos aspectos críticos é definir a solução, uma solução definitiva do problema da dívida externa, que você, realmente, toma a iniciativa de propor uma solução, você tem que estabelecer limites para a variação da taxa de juros externa. Porque senão... Um dos problemas que acabaram gerando essa situação difícil em que nós estamos foi aquele estouro da taxa de juros, no início dos anos 80, quando o governo americano muda a política deles, não é? O Volcker estoura as taxas de juros. Então você tem que estabelecer certas compartimentações, para que a taxa de juros não fuja de certos parâmetros.

E.R. - Isso não está fora das nossas possibilidades?

P.L. - Não, isso não. Eu acho que o Brasil pode fazer uma proposta desse gênero. Eu já montei, inclusive já falei, já escrevi, está entendendo? Mas sem nenhuma...

E.R. - Porque, atualmente, a gente está financiando, quer dizer, ajudando a...

P.L. - É a tal história: o resultado dessa história toda, foi que hoje, o Brasil transfere recursos para fora. O que é um absurdo! Você tem que controlar essa transferência para fora para poder... digamos assim, você tem que estabelecer... A primazia é o quanto você quer crescer, e os dados... Isto é uma questão também objetiva. Aqui no Brasil, também, você discute esses problemas com pouca objetividade. Acho que um dos esforços que eu tinha feito, ultimamente, é mostrar que a dívida que está aí é perfeitamente pagável - chamo de a pagabilidade da dívida externa -, mas desde que você faça algumas mudanças. Então dá para mostrar, através dos números. E a vantagem de fazer através dos números é que você pode discutir objetivamente: "Não, isso aqui, você está sendo otimista demais ou você está deixando de levar esse fator em conta." Então você tem uma visão, assim, de médio prazo, de 25 anos, para mostrar que o país pode crescer a 7% e ainda fazer o serviço da dívida que você precisa, que é compatível com o crescimento de 7%.

[FINAL DA FITA 1-B]

I.F. - Eu gostaria, antes de continuar essa conversa, de continuar aqui, para a gente se localizar um pouquinho. Eu tenho, também, informação que o senhor foi membro do Conselho Nacional de Comércio Exterior. Quando foi isto?

P.L. - Ah, disso não me lembro. Isso é um daqueles organismos do governo, está entendendo. Isso não tem muita importância, não.

I.F. - No começo da sua vida, ainda?

P.L. - Não, não. Sabe que eu nem me lembro disso direito.

I.F. - Não lembra não, não é? E o Conselho Técnico do Instituto de Pesquisa Econômica e Social Aplicada - IPEA.

P.L. - Ah, não. Isso era, praticamente, como função, como presidente do Banco Central é que eu ocupava essas posições. Isso são organismos... O governo tem n mais um conselhos, aí.

E.R. - Automaticamente...

P.L. - Automaticamente. É quase que ex-officio, não é?

I.F. - E o Conselho Monetário Internacional.

P.L. - Conselho Monetário porque o presidente do... Para continuar um pouco, dar ligação, em 64 participei desse problema, dessa fase final da lei monetária, junto com o Banco Central, junto com o dr. Moraes Barros. Mas em 65 eu fui convidado pelo Banco Mundial para ir a Washington como membro da assessoria da presidência do Banco Mundial. Então fiquei lá de 65 até 68: uma parte no Banco Mundial, depois eu fui para o Fundo Monetário, fui diretor-adjunto do Fundo Monetário, junto com o Kafka, até 68. Em 68 é que voltei e aí eu fui diretor do Banco Central.

I.F. - Tem aqui isso, também, Conselho Monetário Nacional, Serviço Federal de Processamento de Dados-Serpro, consultor da Confederação Nacional da Indústria...

P.L. - É. Isso é a mesma coisa. É. Isso foi uma função que eu... Isso foi mais cedo, entendeu? A Confederação Nacional da Indústria tinha uns grupos que eles faziam... Isso era uma coisa interessante. Isso foi bem antes. Eles tinham uns grupos em que a Confederação convidava pessoas independentes, quer dizer, independentes, sem ligação com a indústria, para dar pareceres sobre os projetos que estavam na Câmara. Você dava a sua opinião independente, depois eles processavam aquilo para, enfim, a indústria tomar o seu posicionamento. Mas eles queriam uma análise técnica, digamos assim, desses projetos. Eu participei de um desses grupos lá. Inclusive, um deles - na época era coronel - que participava era o presidente Geisel. Era coronel, ele era do CNP. Foi lá inclusive que eu conheci o presidente Geisel.

I.F. - Diretor-executivo adjunto do FMI pelo Brasil, em Washington.

P.L. - É. Isso foi, como eu disse, em 65. Fui para o Banco Mundial, fiquei lá um ano, um ano e meio e aí, depois, fui para o Fundo Monetário Internacional, como diretor-adjunto, não é?

I.F. - Quer dizer que, então, o senhor ficou um ano como assessor do Banco do Brasil, foi para o exterior...

P.L. - É. Mais ou menos isso. Porque foi em março; e, mais ou menos em meados de 65, é que eu fui para Washington. Fiquei lá até 68. Em março de 68, eu voltei. Aí, voltei para diretor do Banco Central.

I.F. - No iníciozinho do Banco Central, na organização, o senhor ainda estava no Banco do Brasil. No início, já estava em Washington.

P.L. - Eu não estava. Quer dizer, na época do...

I.F. - Da tramitação no Congresso...

P.L. - Da tramitação. Porque o Banco Central, eu acho que é criado no final, é 65. Nessa época eu estava fora. Eu acompanhei a fase da discussão interna do governo, o problema da montagem da lei, está entendendo?

E.R. - Dentro desse aspecto, quais foram as rupturas e as continuidades institucionais, na passagem da Sumoc para o Banco Central? Quer dizer, o que saiu do Banco do Brasil, o que foi criado, o que foi modificado?

P.L. - Basicamente, ele ficou... O essencial era a Carteira de Redesconto, que ficou no... E a parte de bancos continuou mais ou menos formalmente, quer dizer, passou formalmente para o Banco Central, mas os depósitos continuavam sendo feitos no Banco do Brasil. Mudança maior mesmo, assim, era a transferência da Carteira de Redesconto, não é?

E.R. - Quer dizer, de 68 a 74, o senhor é diretor do Banco Central, não é?

P.L. - É. Aí eu fui diretor na parte externa do Banco Central.

I.F. - O que é isso, da parte externa?

P.L. - É a parte que trata de câmbio, a parte toda de câmbio, a parte de operações externas, digamos assim, relativas à moeda estrangeira.

E.R. - O nome da diretoria qual era?

P.L. - Era Diretoria de Câmbio.

E.R. - O governo Castelo era formado pelos chamados sorbonistas, a linha Sorbonne, não é? E tinha uma grande unidade na equipe econômica. Era esse pessoal que o senhor conhece muito bem, os chamados sumoquianos digamos assim, o dr. Bulhões, o Roberto Campos, o Dênio Nogueira, o Casimiro Ribeiro. Uma série de pessoas que já vinham afinadas desde o tempo do Segundo Governo Vargas e Juscelino, passaram o governo Juscelino, e passaram por um treinamento e eram muito afinados. Mas foi um

momento de restrição do crédito, momento de arrumação da casa, teve o PAEG, Roberto Campos...

P.L. - Você diz em 64, não é?

E.R. - Em 64, no governo Castelo. O Decreto-lei nº 200, mesmo no finalzinho. Houve, digamos assim, uma arrumação da casa muito grande. Mas houve, também, uma crítica muito forte dos próprios setores revolucionários, capitaneados dentro do Exército pelos chamados de linha dura. O Carlos Lacerda fazia muitas críticas ao dr. Bulhões, e, com o final do governo do Castelo, houve uma ruptura muito grande nessa equipe econômica. Todos saíram. Inclusive, no Banco Central houve uma questão, quer dizer, havia uma independência do mandato da diretoria...

P.L. - É. Não, é porque aí você tinha os mandatos e, naquela mudança, eles não foram respeitados. Havia essa idéia, não é?

E.R. - Sim, mas eles acabaram pedindo demissão, não é?

P.L. - É.

E.R. - Foi criado um fato político ali, não é?

P.L. - É. Porque ali foi aquela fase que... Porque quando há aquela mudança, o Dênio era o presidente, então, havia a expectativa de que, como ele tinha o mandato, continuaria. E acabou não continuando, porque foi uma ação de força do governo Costa e Silva, não é?

E.R. - O senhor acha que essa ruptura foi só em cima de uma questão política ou existia um diagnóstico diferente?

P.L. - Não, eu acho que foi mais uma questão política. Não havia, eu acho, não havia... Talvez - você tem razão -, houvesse uma concepção ali um pouco diferente, sim. Mas é que, inclusive, acho que por trás disso está um problema, que na época nunca foi bem entendido, mas estava por trás. É que 64...

E.R. - Houve a expansão.

P.L. - Não, não. É que no início... Sessenta e quatro veio, justamente, de uma crise externa. O Brasil tinha tido uma crise de dívida externa, pré-64, 61-62, aí, não por circunstâncias internacionais genéricas, mas problemas do próprio Brasil. Porque naquela época agregou grande fonte dos recursos... Os créditos externos eram chamados

supply credits - crédito de financiamento de importação. O Brasil, então, como de hábito, [riso] tomou barbaridades de empréstimos grandes, de supplies, mas de uma forma inteiramente desorganizada. Não se sabia bem como é que estavam fazendo os números, está entendendo? E isto acabou levando a uma crise do balanço de pagamentos. E o Brasil, que tinha absorvido recursos através desses empréstimos, em 64, quando vem o processo de botar a casa em ordem, transferiu recursos para fora. Da mesma forma que está transferindo recursos agora. Isso, na época, não se comentava e hoje não se fala nisso, mas, em 64, a colocação da casa em ordem envolvia, também, transferência de recursos para fora. Se você fizer a análise mesmo das contas do balanço de pagamentos, vê que em 64 se transferiu. E você só transfere recursos para fora, fundamentalmente, segurando salários. Este é que foi o grande problema, que a revolução nunca conseguiu vender para o...

E.R. - O arrocho...

P.L. - O tal negócio do arrocho salarial. Você tem aquela fase do Jango. O Jango tinha posto os salários aqui em cima, naquelas elevações dele. Então, imagine, em 64, para efetuar a transferência de recursos para fora, você dá aquele arrocho de salário. Porque o grosso da demanda é salário mesmo, está entendendo? Você só libera recursos para transferir, apertando salários. Então, para efetuar a transferência para fora, os salários vão lá embaixo. E o Brasil passa 64, 65, 66, e só em 67, quando vem... é que pára de haver a transferência. Mas aí, você já tinha mais ou menos botado a casa em ordem. Mas o que aconteceu foi o seguinte: você dá o arrocho salarial, botou os salários reais aqui para baixo, e depois, então, começam a subir. Mas isso nunca foi explicado para a população, em termos de 64. Então, quando o governo vinha e dizia: "Não, a situação melhorou e tal..." Porque ele estava dizendo, melhorou nesse ponto aqui para baixo. E subiu. Mas o pessoal que amargou esse período aqui todo, não aceitava isso. Mas isso é o tal problema da crise externa. Você quer o desenvolvimento acelerado, mas que tem esse problema.

E.R. - Esse aumento de salário foi um aumento inflacionando, foi na base da emissão?

P.L. - Não só na emissão, mas porque você também...

E.R. - Não foi na base do crescimento real.

P.L. - Não, não. Foi também na parte de empréstimos, está certo? Você acelerou acima das suas possibilidades. Quando, então, você reordena aquilo, aquele esquema, você bota os salários aqui para baixo para poder fazer a transferência. Depois eles começam a subir lentamente. Mas esse aperto aqui nunca foi esquecido pela população. Então, por mais que eles dissessem - você se lembra, depois houve aquela discussão -: "Está melhorando tudo e tal..." Mas é que o pessoal nunca esqueceu isso aqui e nunca foi explicado por que isso tinha de acontecer. Porque não tinha outra solução.

E.R. - Dr. Paulo, fora o problema dos assalariados, houve, também, a chamada quebradeira, quer dizer, os créditos foram restringidos...

P.L. - É, mas foi parte do processo.

E.R. - E as pequenas empresas que não tinham possibilidade de se sustentar, elas...

P.L. - É, mas nesse processo, quem paga o grosso é o assalariado, mas também as empresas. Houve aquele processo todo de quebradeira. Lembra-se daquela história do Paulo Egídio, que a falência purifica, aquela história toda? Ninguém aceita, não é? Ninguém aceita. Mas foi parte do processo, como você disse, de colocar a casa em ordem. Mas isso é que, no tal desenvolvimento acelerado, que eu falo, você quer evitar. Porque isso gera um problema político muito sério.

E.R. - Nesse momento houve a formação dos grandes blocos, não é? Porque quem não quebrou, quem conseguiu se solidificar nesse processo é que foi... A função do capital privado, nesse período, foi muito maior do que anteriormente também. Quer dizer, todo esse rearranjo, não é? A ruptura do Castelo para o Costa e Silva foi, primeiro lugar, essa que o senhor nos explicou: houve a possibilidade da expansão, porque a casa já estava arrumada, não é? Como é que o senhor, sendo desse grupo, inicialmente, se aproxima do grupo do Delfim, apesar dessa ruptura?

P.L. - Porque quando eu vim, em 68, já vim chamado pelo Delfim.

I.F. - O senhor estava lá e veio chamado, então?

P.L. - Eu estava lá fora. De 65 a 68, eu estava lá fora.

E.R. - Ele não o via como um...

P.L. - Não. Eu era um funcionário, um economista, enfim... e estava lá no Fundo Monetário. A razão, acho que, talvez, específica por que o Delfim me chama foi porque, naquela época, eu escrevi um "paperzinho", pequenininho e tal, sobre o problema de... Hoje é uma coisa corriqueira e nunca deixou de ser: o problema de como é que você ajusta a taxa de câmbio. Até esse período, até mais ou menos 68, de 64 até 68, você ajustava a taxa de câmbio em grandes golpes, estão entendendo? Você deixava a inflação acumular, o câmbio ficava fora do lugar, depois, você fazia aquelas desvalorizações de trinta, 40%, que, inclusive, não só complicavam tudo - precisava um impacto nos preços violento - mas também geravam toda aquela idéia de especulação, de desonestidade, de vazamento de informações... Porque ficava evidente, depois de uma certa altura, que o câmbio ia ter que ser mudado. Porque se os seus parceiros estão com uma inflação, digamos, de quatro, 5%, se a sua inflação é de 40%, depois de um

ano, é evidente que tem um gap aí no câmbio que tem que ser corrigido. E tem que ser corrigido de uma vez. Não adianta. Então isso permaneceu, quer dizer, a revolução acabou não entrando. Em 64 não acertaram isso. Mas em 68, quando o Delfim vem, eu estava, nessa época, mexendo nesse assunto lá no Fundo Monetário, então eu fiz um "paperzinho". Porque era muito mais lógico você ir ajustando a taxa de câmbio pari passu, assim, em períodos curtos, mas frequentes. É o tal negócio da taxa flexível de câmbio, que chamávamos taxa flexível de câmbio, depois passou a ser minidesvalorização, essa coisa toda e tal. Porque se você tem a inflação, não adianta, e se você não consegue combater a inflação, não vai ser segurando o câmbio, que você vai combater a inflação. Você somente agrava os problemas. Porque, aí, você tem um daqueles problemas clássicos, prejudica a exportação, não permite que você faça investimentos na exportação, porque o sujeito nunca sabe se na hora de exportar, na hora que o projeto madura, como é que vai estar o câmbio, se vai poder exportar ou não vai poder exportar. Então, é uma coisa elementar que, se a inflação está crescendo, você vai mexendo no câmbio, devagarinho, está entendendo? Porque são mudanças pequenas, 1%, 2%, compatíveis com a inflação, e você vai ajustando, vai administrando aquela história toda, e o resultado não pode deixar de ser melhor.

Eu fiz um paper sobre isso, umas duas ou três páginas, e tenho a impressão de que essa história acabou caindo na mão do Delfim. E eu que não tinha tido, assim... conhecia o Delfim, porque o Delfim andava... enfim, fazia parte... ele era figura conhecida e tal, mas nunca tinha tido contatos maiores. E em 68, final de 67, logo que ele praticamente chega, ele foi lá, numa daquelas viagens dele, me convidou. E eu já estava com três anos fora, também já estava com problema: eu já estava pensando um pouco em retornar, por causa da idade das crianças. Eu tinha vontade que eles estudassem aqui, não estudassem lá fora, não se formassem lá fora, então, coincidiu e eu vim. Vim ser o primeiro diretor da área externa do Banco Central. E vim com esta missão específica do Delfim: montar esse esquema da taxa flexível de câmbio. Assumi em março de 68, e em agosto se implantou a taxa flexível de câmbio.

E.R. - Com o Galvêas na...

P.L. - Galvêas na presidência do Banco Central. Porque, inclusive, é um ovo de Colombo, é uma bobagem, mas, na época, era muito criticado. O pessoal não acreditava muito que fosse funcionar. Eu me lembro, inclusive, de que foi um trabalho exaustivo, porque você fazer essa montagem em cima de um processo que já existia: cheio de controles de câmbio, tinha problema de taxa de petróleo, taxa subsidiada de petróleo, taxa de trigo, como é que funcionaria a Cacex... Então uma equipe foi lá e estudamos isso exaustivamente. Era uma equipe muito boa, da área de câmbio do Banco Central, e estudamos isso durante meses. Em agosto, se fez o sistema da taxa flexível de câmbio, que não era... era um sistema inteiramente heterodoxo. O Fundo não aceitava esse sistema de taxa de câmbio. Não era reconhecido. O Brasil era considerado uma espécie de ovelha negra. E o Fundo aceitava aquele negócio, porque não estávamos dependendo do Fundo naquela época e, então, podíamos fazer o que queríamos. Era uma idéia elementar, mas que acabou funcionando. E nós passamos dez anos, realmente, nesse sistema da taxa flexível de câmbio, o que permitiu uma expansão do comércio exterior, permitiu investimentos no setor de exportação. Isto é que é muito importante. Porque nesse processo de crescimento acelerado, você tem que ter investimentos. Porque, é claro, aumentam as necessidades. À medida que o país cresce, você tem que comprar as

coisas lá fora, tem que comprar tecnologia também. Você precisa ter dinheiro, precisa ter moeda estrangeira. A forma de ter moeda estrangeira, fundamentalmente, é através do aumento das exportações. E você, com essa taxa flexível de câmbio... O pessoal foi se convencendo que... Porque no princípio - isto é interessante - a grande dúvida que havia é se seria possível mexer na taxa de câmbio. Porque o governo era militar - governo autoritário, militar. "Poxa, os militares vão deixar você ficar mexendo na taxa de câmbio?" Porque se tem essa idéia de que não pode mexer na taxa de câmbio. Mas o Delfim acertou lá as coisas com o Costa e Silva, está entendendo? E nós fizemos. No princípio, debaixo de um certo ceticismo... Eu me lembro, os banqueiros com quem eu conversava até disseram: "Bom, vocês fizeram a primeira... O sistema está logicamente correto, mas vocês não vão conseguir administrar o sistema, porque vai haver pressão, vocês não vão poder mexer." Eu digo: "Bom, isso vamos ver. E somente o tempo é que vai dizer se você vai ter capacidade de executar uma idéia que é correta." E acabou acontecendo. E aí, então, o problema de câmbio, que era um problema que vivia nas manchetes de jornais, acabou sendo tratado como um dado outro qualquer na economia. Isto foi um resultado extremamente importante.

E.R. - Quer dizer, o senhor vai para essa diretoria com essa função específica.

P.L. - Quer dizer, eu vou, e foi essa parte.

I.F. - Sei. Isso que eu queria ver. Em 65 começou o Banco Central. O senhor diz que foi o primeiro diretor da área externa, mas só em 68...

P.L. - É porque não tinha a diretoria da...

I.F. - Como foi que surgiu? A idéia foi de quem?

P.L. - Não sei. Francamente, eu não sei por que que foi. Porque se sentiu a necessidade, realmente, da criação de uma...

I.F. - Porque estava numa fase...

P.L. - Porque estávamos na fase de montagem do Banco Central e tal, então, eu fui o primeiro que exerci essa função de diretor da área externa, montando o sistema. Porque eu vim ser diretor da área externa, fui convidado para ser diretor da área externa do Banco Central. Uma das funções foi esta. E a outra foi que, nessa época também, a gente começa a montar a política de endividamento externo. Porque coincide. As coisas, aí, começam a se encaixar. Porque na medida em que você passou a ter uma taxa de câmbio estável, estável no sentido previsível, que você tinha mudanças não erráticas, quer dizer, você podia decidir: "Bom, está por aqui, vai aumentar mais ou menos isso." Quer dizer, você podia se posicionar...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

P.L. - Essa política de mudança da taxa de câmbio, uma coisa mais racional, permitiu que as pessoas se posicionassem e fizessem previsões. Isso teve, eu já disse, efeito importante em termos do estímulo das exportações, e, também, em termos de proteção da indústria nacional. Porque quando você deixa a taxa de câmbio fixa, e os preços sobem, o produto externo começa a ficar muito mais barato. Então prejudica a própria indústria nacional também, não é? Então cria toda uma insegurança, uma instabilidade. Mas, então, você tem um aspecto na parte de comércio exterior; mas, também, tem um aspecto importante, que foi o seguinte: você começou a poder fazer cálculos em moeda estrangeira, para saber se era mais importante tomar emprestado em cruzeiros - na época era o cruzeiro - ou em moeda estrangeira. Porque você podia fazer o cálculo, mais ou menos, de quanto é que vão custar os juros, efetivamente. Porque no sistema anterior, daquelas grandes mudanças, você não podia fazer isso, porque podia dar um grande prejuízo, dependendo da hora que você tivesse que cumprir o compromisso de satisfazer a dívida. Isso daí vai permitir, então, que o setor privado no Brasil comece a entrar no mercado do eurodólar, que se está desenvolvendo. No final dos anos 60, você tem o desenvolvimento do mercado de eurodólar. Então, aí, é o começo, montamos uma política toda de endividamento externo. Acabou dando essa confusão que está aí, está entendendo? [risos] Mas foi toda uma política. O Brasil era o único país, realmente, daqueles grandes tomadores, particularmente na América Latina, que tinha uma política de endividamento externo. O México não tinha, nem queria saber disso. E eu sei disso, inclusive, conversando com os mexicanos. A Argentina, também, nunca se preocupou com essa história. Mas o Brasil, o Brasil fez uma montagem. Quando vim em 68, foram as duas coisas que realmente eu toquei lá.

E.R. - Dentro da sua administração nessa diretoria externa, essa...

P.L. - São as duas coisas. E outra coisa era também, o estudo para a simplificação das regras de câmbio. Porque no Brasil você tem o controle de câmbio, mas o controle não precisa ser necessariamente burro. Porque existe essa idéia de que o controle é uma coisa necessariamente burra. Mas não. Você pode ter um controle que seja um controle inteligente, está certo? Então, a idéia também era você...

E.R. - As taxas eram...

P.L. - Não, não, não é só... Todas essas regras de câmbio: como é que pode comprar, quando é que compra, o dia que compra, qual é a atividade que tem que fazer... Porque no Brasil existe um sistema. O Brasil é um país que tem controle de câmbio. No Brasil, o exportador é obrigado a entregar o câmbio ao Banco Central; e o importador tem que pedir câmbio ao Banco Central. É feito através das regras. Então você tem uma massa de regras, regulamentos e não sei que lá, está entendendo?

E.R. - Foi feito um troço de leilão, uma época.

P.L. - Não, mas aí, estou-me referindo mais à parte de regras, está entendendo? Isso tudo nunca foi feito de uma forma lógica. A pressão das circunstâncias é que você ia mexendo uma coisa em cima da outra. Nessa época também, quando as coisas começaram a ficar mais calmas, porque o problema da taxa de câmbio deixou de ser importante, porque então a taxa passou a ser previsível, deixou de aparecer aquele problema da taxa de câmbio, começamos, junto com o sistema bancário, a fazer um trabalho de limpeza, digamos assim, e de uma simplificação, de uma melhor organização do sistema de controle de câmbio. Eu contava sempre muito, nessa época, a história de que... Tem certas regras que acabam ficando e que perderam a razão de ser, não é? Eu contava sempre a história que num quartel, perto da guarita da sentinela, tinha um banco que ninguém sentava. E aquele negócio foi andando. Então, um dia mudou o comandante lá. E ele ficou intrigado, não é? O pessoal todo ocupando e aquele banco lá, que estava sempre desocupado. Então ele começou a perguntar, perguntar, acabou sabendo: um dia, o banco foi pintado, então deram a ordem para a sentinela dizer que não podia sentar, porque o banco estava com tinta fresca. E a sentinela: "Não pode sentar no banco." Depois, já se tinha perdido a razão de ser da regra e ela continuava lá, inteiramente ineficiente. Então foi feito um trabalho junto lá com o pessoal e junto com o sistema bancário, de limpeza, digamos assim, de...

E.R. - Atualização, não é?

P.L. - De atualização e de simplificação dessas regras do sistema de controle cambial.

I.F. - Esse trabalho seu na diretoria do Banco Central, nessa coisa toda de câmbio, o senhor acha que a sua experiência na Cexim ajudou? Ou foi uma coisa nova, não tinha nada a ver?

P.L. - Não, não. É difícil você dizer isso, porque você vai sempre carregando uma massa de experiência que é difícil distinguir, não é? Uma coisa que me foi muito útil, evidentemente, foi a passagem pelo Fundo Monetário, pelo Banco Mundial. Porque essa experiência lá fora foi muito útil, não é? Mas é difícil você separar de onde é que vem. Porque as coisas vão se entremeando, vão se influenciando, não é?

I.F. - Mas, também, não acontecem por acaso.

P.L. - Não. É. Você tem um certo trajeto que, de certa maneira, vai sendo condicionado pelas suas passagens anteriores, não é?

E.R. - O senhor nunca passou por banco privado, não? Sempre na parte do Estado, não é?

P.L. - Não. Não. Sempre na parte... É. Depois que saí do Banco Central é que eu fiquei na parte de assessoria, mas bem depois. Porque quando saí do Banco Central, eu me impus um limite: "Durante dois anos, não quero ter contato com banco." Porque acho que... É uma questão de foro íntimo, está entendendo? Acho que não é muito compatível, você tendo sido presidente do Banco Central ou diretor, sair, ocupar uma... Isto é uma questão muito individual. Eu não queria nada na parte executiva, mas tive uma ou duas posições na parte de membro de conselho consultivo, de assessoria. Mas isso depois, porque, quando saí do Banco Central, em 79, fui para o setor privado. Fui ser diretor-financeiro de uma empresa em São Paulo, na parte financeira, mas aí não tem nada que ver com... Mas, quer dizer, fiquei na diretoria de 68 a...?

I.F. - A 74.

P.L. - A 74. Em 74 eu fui à presidência, não é?

I.F. - Nesse período, o senhor pegou o governo Costa e Silva, e governo Médici, onde todo o tempo o presidente do Banco Central era o Ernane Galvêas.

P.L. - Todo o período que eu fui, de 68 a 74, o Galvêas também foi presidente. Nós sempre... Meus contatos com o Galvêas também são muito antigos, não eram dessa época.

I.F. - Pois é. Quando é que o senhor conheceu o dr. Ernane Galvêas? Bem antes disso tudo?

P.L. - Ah, Galvêas, dessa época, desde a época de...

E.R. - Ele é Banco do Brasil e Sumoc também, não é?

P.L. - Banco do Brasil e Sumoc. Desde essa época.

E.R. - E Banco Central. Quer dizer, as trajetórias se parecem um pouco.

P.L. - É. Mas eu fiquei de 68 a... Em 74, que vem a mudança, vem o Geisel, o presidente Geisel, e aí eu fui convidado para ser presidente do Banco, não é?

E.R. - Aí é um novo momento, quer dizer, o Geisel com o projeto de distensão, o Mário Henrique, que também não é exatamente da mesma linha do Delfim, tem relações com os sumoquianos, mas também não é tanto. Como é que o senhor se insere? Como é que é feito esse convite?

P.L. - Eu tinha boas relações com o Mário... Sim, porque na área profissional de economia, nos conhecíamos e tudo, está entendendo? E acho que o presidente Geisel também me conhecia e...

I.F. - Já tinham trabalhado juntos, não é? No CNI.

P.L. - É. Ele já me conhecia lá do... Conhecia. E o Mário também me conhecia. O Mário, afinal de contas, é quem fazia o presidente do Banco Central, como ministro da Fazenda, e ele me convidou e... Enfim, as coisas se ajustaram, e eu fui, então, presidente de 74 a 79. Mas em 74, justamente, eu começo na presidência. E aí, realmente, foi um período interessante, porque uma das minhas preocupações, quando fui à presidência - e tinha, evidentemente, o apoio do Mário e do Geisel -, era...

E.R. - O convite foi do Mário Henrique Simonsen?

P.L. - Do Mário Henrique. O Mário é que era o ministro e...

E.R. - Que lhe conhecia da...

P.L. - Conhecia das lides profissionais, enfim, da coisa profissional. Aqui, a gente já se conhecia também, há muito tempo. Esse pessoal todo, mais ou menos, se conhece, não é? E o Mário me convida, eu já estava no Banco e começo. E aí, realmente, uma das preocupações da administração, aí desse período, foi criar junto à sociedade brasileira a imagem do Banco Central. Porque, até então, o Banco Central não tinha uma imagem individualizada. Inclusive, o Banco Central vivia nas dependências cedidas pelo Banco do Brasil. E na visão da... Porque, como eu dizia, numa sociedade democrática, é preciso haver uma instituição com as funções do Banco Central e que o povo reconhece, a sociedade reconhece que é o organismo responsável pela ordem monetária das coisas, pela parte externa. E você tem, então, a preocupação da administração lá, e eu tive sorte, porque você tem que ter sorte na vida, não é? Porque eu escolhi um grupo de...

[FINAL DA FITA 2-A]

P.L. - ... do Gratuliano de Brito. E papai conhecia o Geisel daquela época.

E.R. - Quando ele foi secretário de Finanças do governo revolucionário, o Gratuliano de Brito era interventor.

P.L. - É. Papai conhecia o... Papai ajudou, inclusive, naquela construção do porto de Cabo Branco... Porto Cabedelo. Papai, enfim, que andou montando as partes jurídicas lá, e o Geisel era secretário de Finanças do Gratuliano. O Gratuliano era um grande amigo de papai. Mas, voltando, então, eu dizia: você tem que ter sorte. Porque, de fato, eu constituí uma diretoria, com parte de gente, digamos assim, de dentro do próprio Banco e parte de gente de fora do Banco. Uma mistura.

E.R. - A essas alturas, o Banco já era uma instituição de quantos funcionários?

P.L. - Não, já existia... Ah, não me lembro quantos funcionários tinha. Já tinha lá um porte, está entendendo? Mas eu digo, o que me preocupava, na época, um aspecto que eu achava importante, era você criar a imagem física. Porque, naquela época, a sociedade, o povo, digamos assim, o homem da rua não distinguia bem o que era Banco Central e o que era Banco do Brasil por causa dessa história toda, está entendendo? E o Banco do Brasil, como era muito grande, realmente, engolfava o Banco Central.

E.R. - O Banco do Brasil tinha uma identidade enorme.

P.L. - O Banco do Brasil já tinha uma identidade, história, pela presença física dele, essa história toda.

E.R. - Na vida municipal tem o padre, tem a polícia...

P.L. - Em tudo, não é? É. Naquela época, o gerente da agência no interior era uma figura importantíssima, não é? Então a preocupação nossa foi começar a criar a imagem de Banco Central, está entendendo? E, de uma certa maneira, para fora e para dentro. Para fora, começamos a fazer a criação, quer dizer, a construção física do Banco Central.

E.R. - Esse prédio...

P.L. - Esse prédio que tem lá em Brasília, então, foi o primeiro que foi feito. Então, para isso, criamos uma comissão no Banco Central, com arquitetos, engenheiros, gente da parte de decoração, Sérgio Rodrigues fazia parte, o Bianchetti, que era um pintor lá de Brasília, da Oca. Eram umas cinco ou seis pessoas. Muito importante também na imagem era o Aluísio Magalhães. O Aluísio fazia parte, para dar... E esse pessoal, então, é que se reunia lá para chegar ao projeto do Banco Central. Aquele prédio que está lá é fruto de uma concepção, daquela idéia das quatro colunas, que é uma idéia, você olhando por cima, de um dobrão, da moeda antiga, está entendendo? Então, aquilo foi fruto... aquilo não foi uma obra do acaso; aquilo foi uma posição deliberada de criar... Porque você vê: o Banco Central realmente marca uma posição lá em Brasília. É um prédio diferente. O Banco Central é como a cavalaria: "Não é melhor nem pior, é

diferente." [riso] Então, realmente, marca uma posição lá em Brasília. E foi feito exatamente com essa idéia, porque você vê que aquilo é o Banco Central. Porque isso é importante numa sociedade, sobretudo numa sociedade...

I.F. - Porque, enquanto se estava trabalhando junto com o Banco do Brasil, marcava o espaço geográfico, físico...

P.L. - Porque tudo era misturado. O Banco do Brasil e tal... Então, era você criar o espaço físico do Banco Central. Aquilo foi feito lá em Brasília e foi...

I.F. - E marcando independência.

P.L. - E marcando a... A idéia de um órgão diferente, separado do Banco do Brasil e dentro da administração. Isto, externamente. Internamente, então, fizemos a questão da carreira do Banco Central, e os primeiros concursos públicos foram feitos nessa época. Porque, até então, o pessoal que estava lá era o pessoal que tinha vindo da Sumoc, os funcionários que não eram do Banco do Brasil, mas eram sumoquianos, e o pessoal do próprio Banco do Brasil que tinha ficado lá. E acabou... Depois, tinha aquele negócio da opção, de você ficar e tal.

E.R. - O concurso não era para o Banco Central nem...

P.L. - É. O pessoal era do Banco do Brasil, todo. Então, em primeiro lugar, organizamos as carreiras, os técnicos e o pessoal dos serviços auxiliares, e fizemos os primeiros concursos públicos, para poder constituir. Porque você tem que ter uma burocracia, treinada, bem remunerada, em condições de mercado. Nossa preocupação era muito manter os vencimentos em função do mercado, para poder captar no mercado. Manter uma certa competitividade, levando, evidentemente, as vantagens que você tem no serviço público, como você ter uma carreira, porque é diferente do setor privado, em que se fica sujeito à questão de ser demitido, essa história toda. Então se fez. E foi uma luta grande para se fazer uma carreira do Banco Central, desvinculada do Banco do Brasil, porque ficava sempre aquele negócio de comparação de uma coisa com outra. Mas nós conseguimos. Foi uma luta tremenda no Conselho Monetário, e conseguimos fazer. E foram feitos os primeiros concursos.

E.R. - Agora é o contrário, não é? O Banco do Brasil quer equiparação com o Banco Central, em termos salariais.

P.L. - É. Agora fica essa luta boba, aí. Inclusive, certas coisas que, na sociedade brasileira, dão pena você assistir. Porque não tem nenhuma... O Banco Central tem hoje, o quê? Seis mil, sete mil funcionários. O Banco do Brasil tem 145 mil. Funções completamente diferentes. Então, essa equiparação que se quer estabelecer aí, não tem nenhuma razão de ordem lógica para que as coisas sejam dessa forma. Mas foi um

trabalho que a gente fez lá, para poder montar, criar, não só externamente, mas internamente, para poder funcionar. Você recrutar o pessoal da... que, no fundo, é o pessoal que carregou esse Banco Central até agora. Porque agora é que vão fazer o primeiro concurso público.

I.F. - E essa mudança do Rio de Janeiro para Brasília? Porque Brasília ainda era uma coisa nova, sem muitos recursos. Não existia, ainda, essa facilidade de computadores, essa coisa assim...

P.L. - É. Mas disso eu me lembro bem. Isso foi no tempo do Médici. Havia aquela onda, de vez em quando, não é? "Ah, vai para Brasília, não vai para Brasília." Um dia, eu conversei com o Delfim: "É para ir ou não é para ir para Brasília?" "Não, é para ir. O presidente Médici quer que vá para Brasília." "Então eu vou para Brasília." E aí, fui, me mudei para Brasília. Porque muita gente não se mudava para Brasília, ficava naquele negócio e tal. Então, eu fiquei, fui para lá, está entendendo? Fiquei morando lá em Brasília, passava os fins de semana em Brasília, levei a família...

I.F. - Ainda como diretor, o senhor já estava lá.

P.L. - Ainda como diretor. Diretor. Nós fomos em 70 para lá. Em 70. E eu funcionava realmente em Brasília. Mas não havia problema não. O pessoal discute muito essa questão de Brasília, eu não vi qualquer impedimento. As coisas funcionavam. Claro, de certa maneira, até é interessante, porque quem vai... Porque se você está aqui no Rio de Janeiro, acaba aparecendo muita gente, está entendendo? Porque está no Rio de Janeiro, tem muita gente aqui, está muito próximo... então, você está muito mais exposto, quer dizer, há muito mais gente. Então, Brasília tinha, o que eu chamava, um custo: você ir procurar lá o responsável, o diretor ou lá o quê seja, tem que se deslocar, pagar uma passagem de avião, talvez um pernoite e tal. Então, você já [riso] elimina um bocado de coisa. Agora, também cria outro problema: é que você, num cargo de direção, tem que se preocupar, também, em sair de Brasília. Porque, realmente, você tem que ter contato com o resto do país, não é? Então você tem que se deslocar. E uma preocupação que eu tinha, muito grande, lá em Brasília, era essa questão de me deslocar para o Rio de Janeiro, pelo menos. O ideal seria que você fosse em outros lugares. Mas, com a pressão de tempo, eu acabei, digamos assim, me deslocando muito menos para esses outros lugares. Quando tinha esses congressos, essas coisas, é que eu aproveitava. Mas eu me deslocava, sistematicamente, para vir conversar com o pessoal do sistema financeiro no Rio e em São Paulo. Eu mantinha isso de uma forma mais ou menos institucionalizada, está entendendo? Vir conversar com os banqueiros aqui.

I.F. - Tem duas coisas aí que eu queria conversar com o senhor: até que ponto a mudança para Brasília auxiliou essa independência do Banco Central, mostrou a independência do Banco Central em relação ao Banco do Brasil, quer dizer, com essa mudança para Brasília, ficou mais claro? E até que ponto Brasília, o fato de ser uma coisa, assim, isolada, interfere no funcionamento não só do Banco Central, de toda a

política? Às vezes me dá uma sensação um pouco de ilha da fantasia. São as mesmas pessoas que funcionam, que conversam, as coisas ficam filtradas por lá.

P.L. - Quanto à primeira parte, eu não vejo que tenha, assim, interferido. A vantagem que você teve... Podíamos, também, fazer um prédio do Banco Central aqui no Rio. Mas, diante do destino do país, eu acho que é bom, você fazer o primeiro prédio do Banco Central lá no interior, enfim, lá em Brasília. Acho que foi uma coisa que ajudava nessa imagem, digamos assim, porque você irradiava... Podia-se fazer a mesma coisa no Rio de Janeiro, mas talvez o impacto tenha sido maior fazendo aquele prédio lá no planalto Central, do que... porque, realmente, se destaca muito mais do que no Rio de Janeiro. Seria mais difícil.

Esse outro aspecto que você mencionou, eu acho que isso é um problema. Porque acaba a coisa ficando um pouco incestuosa, não é? Porque é todo um pessoal ali e... Acho que o dirigente no Brasil tem que ter esta preocupação de se deslocar e vir procurar as áreas com que ele trabalha, fora lá de Brasília. Eu acho muito importante. Eu, de certa maneira, sistematizava isso. Tinha reuniões com uma certa periodicidade, regulares, aqui no Rio, em São Paulo, para você poder sentir... inclusive, num campo diferente do seu campo. Porque quando uma pessoa vai procurar o diretor do Banco Central, ela enfim, geralmente, tem um problema específico que quer tratar. Você aproveita, realmente, na conversa, caso específico, obtém... colhe informações e tal. Mas a informação tem sempre um viés danado. Porque o sujeito não vai chegar lá e dizer que está tudo uma droga. [riso] Quer dizer, é uma coisa humana, está entendendo? Você não vai encontrar isto. Então você tem que conversar com as pessoas num clima, num campo diferente. Eu achava que era muito importante esse aspecto. E aí entra um aspecto que é um aspecto, digamos assim, menor, mas que era muito importante: o avião do Banco Central. O pessoal, de vez em quando, reclama do avião do Banco Central. Mas tem que ter. Você tem que se deslocar. Não pode haver abusos, como tudo na vida, mas você tem que ter uma liberdade de locomoção. Se você for pelas vias regulares, você restringe muito a sua capacidade de movimentação, a sua flexibilidade. Acho que é um instrumento de trabalho importante, para certo nível de administração, você poder se deslocar com uma certa facilidade.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

E.R. - Bom, estamos falando da questão da transferência para Brasília, isolamento, vantagens e...

P.L. - Eu acho que é importante para certo nível de direção, está entendendo? Sair de Brasília para conversar com as suas áreas de atuação. Para poder ter uma visão de outros aspectos, porque você, ficando em Brasília, dentro daquele círculo, acaba ficando num círculo fechado, não é?

I.F. - Os clubes são os mesmos, os amigos são os mesmos...

P.L. - É. Porque você acaba freqüentando as pessoas que você vê, está entendendo?

I.F. - A família convive com as mesmas pessoas...

P.L. É. Então você tem que fazer um programa... As recepções e tudo, é sempre o mesmo grupo.

I.F. - E o senhor não acha que a tendência das pessoas que cercam pessoas que tenham um alto cargo é filtrar as notícias, para não desagradar?

P.L. - Ah, acho que este é o grande problema do governante, não é? É você manter as suas antenas, os seus canais de comunicação. A tendência para distorcer é muito grande, porque quem está cercando é o pessoal que quer agradar, não é? Dificilmente, você... Você tem que ter uma preocupação de escolher auxiliares que, realmente, tenham um certo sentido de independência. Eu acho que começa por aí. Tem gente que não gosta de trabalhar assim, que gosta de trabalhar com gente que diz amém, que diz sim. Eu acho que depende muito da... Começa por aí. Você ter auxiliares que tenham personalidade, enfim, que digam: "Não, não é isso, tem esse outro aspecto." Para alertar você, para você, enfim, poder tomar uma decisão com todas as informações. Começa por aí. Depois, porque o pessoal que vem, que serve, quer agradar. Então você tem que tomar um certo antídoto, para esse tipo de consequência, não é?

I.F. - Fico, às vezes, pensando, quando eu vou para o trabalho, que pego um engarrafamento de trânsito, você está com a cabeça... está vendo, está olhando, não é? Lá em Brasília, tudo corre solto. Quer dizer, você sai do trabalho e vai para casa...

P.L. - É. Não, pode dar uma visão distorcida, não é?

I.F. - Da realidade brasileira, não é?

P.L. - Da realidade brasileira. Por isto é que eu acho importante você se deslocar, para poder sentir. E outra coisa: ler jornal, também, não é? Acho que é importante. Jornal é muito importante. Porque, por mais que você diga que... você, pegando vários jornais, acaba sentindo nas entrelinhas, você percebe muita coisa, não é. E aí, de fato, o Geisel começa com o negócio da abertura. Na parte econômica, você sempre teve muita liberdade de crítica, porque era a válvula que o governo deixava, não é? Na parte política havia todo aquele esquema da censura e tal; mas na parte econômica, mesmo no tempo do Delfim e tudo, havia uma razoável liberdade de opinião. É muito importante. E isto continuou, mais intensamente, na fase do Geisel, quando ele suspende e tal. Então, você, pelos jornais, também sente muita coisa. E percebe, se você está disposto, não é?

E.R. - Dr. Paulo, nesse período Geisel-Simonsen, algumas modificações foram efetuadas no Banco Central. Por exemplo: foram suprimidos os prazos fixos dos mandatos dos diretores do Banco Central, que poderiam ser demitidos sem nenhum tipo de proteção. Bom, retirou-se, também, do Senado a prerrogativa de aceitação ou recusa das indicações do presidente da República para a ocupação desses cargos. E somente o presidente do Banco Central, excluindo-se os diretores - ao contrário do que acontecia anteriormente - passou a integrar o Conselho Monetário Nacional. E, finalmente, foi criada a Comissão de Valores Mobiliários, cujo presidente passou a fazer parte do Conselho Monetário, não é? Quer dizer, essas modificações todas foram introduzidas nesse período. Eu gostaria que o senhor comentasse essas modificações. Simplesmente para completar a pergunta - estes temas de modificações estruturais da própria organização do Banco -: nós estamos conversando com o dr. Casimiro Ribeiro, e ele, digamos assim, insinuou, afirmou hipoteticamente, que essa mudança da possibilidade da demissão do presidente - ad nutum, não é? - teria sido em função exatamente daquela crise da passagem do governo Castelo para o governo Costa e Silva, quando se criou um fato político, com o traumatismo da demissão da equipe, da diretoria, Dênio Nogueira e tal. O que o senhor acha dessas modificações, como é que o senhor vê isso?

P.L. - Começando pela parte da Comissão de Valores Mobiliários. Foi um surgimento, a criação da Comissão de Valores Mobiliários foi, inclusive, o produto de uma visão do próprio Banco Central. O Banco Central estava de acordo com isto e colaborou muito para o surgimento da Comissão de Valores Mobiliários, dentro da nossa visão. Porque o Banco Central não pode fazer tudo, já tinha encargos suficientes.

E.R. - Não ficaram paralelas algumas funções?

P.L. - Não, não, não. Houve uma separação completa. A Comissão de Valores Mobiliários é concebida dentro daquela visão da Security Exchange Commission, americana - supervisionar e disciplinar o mercado de capitais, as aplicações e tudo.

E.R. - Que foi estimulada a partir da revolução, quer dizer...

P.L. - É. Mas aí, isso é parte do desenvolvimento... Porque um dos grandes, digamos assim, resultados da revolução, na parte econômica, foi o desenvolvimento do mercado de capitais. Porque é muito importante, se você quer crescer aceleradamente, você tem que ter poupança. E a poupança depende de você, quer dizer, de você ter instrumentos e instituições para poder fazer a adaptação dos mecanismos e dos instrumentos, para poder extrair o máximo de poupança. O desenvolvimento do mercado de capitais, que foi um dos resultados importantes dessa época, é muito importante do ponto de vista do crescimento econômico acelerado. Para você poder financiar a... estimular uma... Porque a idéia sempre foi estimular ao máximo a poupança interna e utilizar, também, a poupança externa. Mas não era você substituir a poupança interna pela externa. Então você queria estimular ao máximo a poupança interna, através do mercado de capitais e através da atuação fiscal do governo e, além disso, trazer dinheiro de fora. Foi a tal política de endividamento externo.

E.R. - Nesse momento, os dois choques do petróleo encareceram violentamente... o dinheiro externo.

P.L. - É. Foi. Não, aí começa. Em 74, o negócio começa a complicar lá. Mas eu digo, quanto à parte da Comissão de Valores Mobiliários, então, a idéia era que você precisava, realmente, de um organismo para poder supervisionar e disciplinar isso, nos moldes, basicamente... A inspiração é nitidamente da Security Exchange Commission, que é onde existe, realmente, no mundo, uma coisa assim mais... Agora é que está surgindo em outras partes, na Europa e tal. Mas, então, foi isso. E o Banco Central colaborou muito em termos de gente, em termos de estudo. Com o Roberto Teixeira da Costa, que foi o homem lá, tínhamos uma colaboração muito estreita. Porque a nossa idéia era realmente que essa parte saísse do Banco Central e ficasse... Porque o Banco Central, quer dizer, historicamente, já era um organismo cheio de atribuições e de funções, muito fora, digamos assim, de um modelo clássico de um banco central. De modo que a criação da Comissão de Valores Mobiliários, acho que não se confunde, acho que não tem nenhuma relação com isso. É, realmente, mais uma etapa, digamos assim, no disciplinamento e no apoio do mercado de capitais. Essas mudanças que houve, com relação a tirar os mandatos e aprovação...

E.R. - Isso foi exigência do Geisel?

P.L. - Não, tenho a impressão de que talvez isso... Eu, francamente, acho que talvez reflita evitar aqueles traumatismos. Mas isso corresponde - foi na minha época, inclusive - a uma visão também do Banco Central. Hoje se fala muito na independência do Banco Central. Você mesmo se referiu a isso. Eu mesmo me referi à importância de você ter uma imagem do Banco Central na sociedade, que representa, enfim, fisicamente inclusive, esse organismo responsável pela estabilidade monetária, definida adequadamente pelo problema da administração das contas externas. Mas a minha visão sempre foi a seguinte - e é uma espécie de corolário desse posicionamento -: como no Brasil o problema fundamental é crescimento econômico acelerado e sustentável, e isto, no fundo, é uma guerra, porque é um estado permanente de luta contra os fatores adversos, para você conseguir isso, acho que tem que haver um comandante nesta guerra. Qualquer guerra tem que ter um comandante. E o comandante, na estruturação brasileira, é o ministro da Fazenda. Historicamente foi e continua sendo. É o ministro da Fazenda. E eu acho que o presidente do Banco Central deve ser uma pessoa que se relaciona com o ministro da Fazenda. Agora, o que eu acho que no Brasil se confunde é a independência - porque, hoje, se fala muito da independência do Banco Central - com o que eu chamo a independência do presidente do Banco Central. Isto é outra coisa. Porque o presidente do Banco Central tem a sua visão, digamos assim, pela responsabilidade do cargo que ocupa, de como é que ele tem que administrar esses grandes fatores fundamentais, da parte interna, da inflação e da parte externa, no equilíbrio do balanço de pagamentos. Então admito que é possível que haja momentos, inclusive com outras coisas diferentes... saneamento do sistema financeiro, em que você pode ter divergências de opinião, essa história toda, não é? Então acho que uma coisa é a independência do Banco Central como organismo e, outra coisa, é a independência do presidente do Banco Central. Acho o seguinte: o presidente do Banco Central tem que

ser independente no sentido de, se ele está em desacordo com o ministro da Fazenda, em relação a uma matéria de fundo, ele tem que pedir demissão. E esta demissão deve ser, supostamente, uma ação que dê uma mensagem para a sociedade de que existe alguma coisa que não está bem, que não está funcionando.

E.R. - É uma tomada de posição política.

P.L. - É uma tomada de posição política, está entendendo? O sujeito não precisa sair ofendendo nem... enfim, ele pode sair civilizadamente, mas dizer: "Olha, há uma incompatibilidade, há uma discordância que não pode ser superada." Ele sai e pronto. Então tem que estar pronto a pedir demissão. [inaudível] Esses cargos públicos, eu acho que você tem que administrar sempre pensando que no dia seguinte você pode ir embora, se achar que é alguma coisa fundamental. Então é neste sentido que acho que tem que haver independência. Não é do Banco Central, porque eu digo que a independência do Banco Central, para posicionar isto bem, é o seguinte: existe a idéia de que, por exemplo, como existe na Alemanha, que é o único país, realmente, em que existe um banco central inteiramente independente, por razões históricas, pelo problema da hiperinflação que destruiu a sociedade alemã e tal, então, eles dão um apreço, a primazia deles é a estabilidade monetária, a inflação a mais baixa possível... Não interessa. Então, você tem um pessoal lá que é realmente independente. E eles são muito ciosos e zelosos dessa independência. Mas o resto, existe sempre uma...

E.R. - Uma interferência.

P.L. - Uma interferência. Mas a idéia que existe é a seguinte: é que você pode ter um banco central que vai contra o ministério da Fazenda, os gastadores, digamos assim. E, através de políticas econômicas, através de atuação nos instrumentos de política que ficam ao seu encargo - política monetária basicamente e política cambial -, ele consegue frustrar a atuação gastadora ou inflacionária do ministro da Fazenda. O que se fala de independência do Banco Central é neste sentido: que não emite ou que não dá os recursos, que consegue impedir, por uma ação de força, uma ação, digamos assim, inflacionária ou deficitária do ministro da Fazenda. Neste sentido é que eu não vejo o Banco Central aqui. Está certo? Esta idéia que se está falando, agora ficou muito em moda, inclusive, tem havido... O Banco Central mesmo, há uns dois anos, já tem quase isso, mandou fazer um seminário sobre essa história de banco central, e eu dei esta mesma opinião. Eu não vejo que caiba essa colocação no Brasil. Acho que tem que haver uma harmonia de políticas, para que todos puxem no mesmo lado, está entendendo? O que eu digo é o seguinte: já é tão difícil ter uma política certa, imaginem ter duas políticas que são contraditórias. Sai uma resultante... É complicado demais. Agora, acho, isto sim, que o presidente do Banco Central tem que ser uma pessoa tal, que tenha uma visão das coisas e que em determinado momento peça demissão. Não é só pedir demissão, mas que esta demissão seja um sinal para a sociedade de que tem alguma coisa que tem de ser ajustada. Com esta visão das coisas é que acho que realmente... Isso que, de certa maneira, acabou entrando um pouco na Constituição atual, esse negócio da aprovação pelo Congresso e os mandatos não ficaram definidos, mas essa idéia de que você vai dar independência, com essa vinculação ao Congresso, eu não estou de acordo. E é por isso que foi feito nessa época.

Talvez a motivação tenha sido, como Casimiro disse, aqueles episódios traumáticos que ocorreram. Porque você tinha, de fato, um mandato, então, tirar no meio do mandato criou uma trauma, realmente. A saída do Dênio foi traumática. Porque, realmente, a visão da independência do organismo era um pouco esta. Isso foi feito nessa época, realmente, como correspondia à minha visão, está entendendo? Não acho...

E.R. - A instalação dessa idéia, em termos formais, jurídicos, como é que se processou? Foi o senhor que teve que elaborar, formalizar essa modificação?

P.L. - Você sabe que, francamente, desse detalhe eu não me lembro. Quem preparou os documentos e tudo, eu não me lembro assim, não. Acho que foi feito lá na... Não me lembro dos detalhes disso, não.

E.R. - Em seu tempo de Banco Central, como é que era estruturado o Banco, as diretorias...?

P.L. - Nós tínhamos cinco diretores, não é? Bom, tinha um diretor da área bancária, que era o Ernesto Albrecht. O Albrecht era da área bancária e fiscalização. Tinha o Sérgio Ribeiro, irmão do Casimiro, que era da área chamada de mercado de capitais, bancos de investimentos, essa coisa, corretoras e tudo. Tinha o Fernão Bracher que, depois, veio a ser presidente, que era da área externa. Foi quem eu levei para me substituir na área externa, o Bracher.

I.F. - Foi o senhor mesmo que escolheu?

P.L. - Foi. Foi. O Mário me deu liberdade, conversando com ele, evidentemente, mas ele me deu a liberdade de fazer. Eu acho que é muito importante você fazer uma equipe que você...

E.R. - Para funcionar.

P.L. - Para funcionar. Porque senão não... Este é um dos problemas também. Você entra para um lugar desses, já está tudo escolhido e tal, o sujeito, às vezes, não tem nem relacionamento e tudo, está entendendo? Acho que este é um dos problemas. A tal independência do presidente do Banco Central, consiste nisto: você fazer a sua equipe. É claro que tem que ser uma equipe que seja palatável. Você, quando está escolhendo, não vai escolher um sujeito que seja contra o ministro ou qualquer coisa assim, mas tem que haver um... Dentro disso, você faz a sua equipe, não é?

E.R. - Um espírito, não é?

P.L. - Então, você tinha o Albrecht, o Fernão, o Sérgio, tinha um diretor da área de administração, que é o Berardinelli, e tinha o diretor da área de crédito rural, que era

Ribamar. Ribamar, como o Sarney. [risos] Ele é José Ribamar também. Eram cinco. Nós tínhamos cinco diretorias que compunham.

E.R. - Nós estamos vendo, nessas eleições presidenciais, um... Quer dizer, a estreita vinculação que tem o Banco do Brasil com a área rural, fornecendo créditos, sendo um emprestador, um financiador importante da atividade rural. E estamos vendo aí um ex-presidente sendo vice-presidente numa chapa à presidência da República. Como é que o Banco Central, na sua época, via essa área rural? Era uma...

P.L. - O problema é o seguinte: o crédito rural organizado no Brasil...

[FINAL DA FITA 2-B]

E.R. - Nós estamos falando sobre o crédito rural.

P.L. - Sobre o crédito rural. Não, não tem superposição, pelo seguinte: o Banco do Brasil empresta, mas você, também, tem toda a atuação dos bancos particulares. Inclusive, nessa época, houve um esforço muito grande de levar os bancos particulares, por diferentes mecanismos, a atuarem no crédito rural. E a função do Banco Central é uma função puramente normativa. O Banco Central não opera, nunca operou diretamente, então era essa coordenação do Banco do Brasil com os bancos, estabelecendo a parte normativa para os bancos particulares e para o Banco do Brasil também.

E.R. - O Banco Central só participava nessa parte regulatória.

P.L. - Na regulatória, normativa. E tinha a parte de fiscalização das operações. Mas aí é a parte geral de fiscalização. Mas o Banco Central não atuava - acho que nem hoje atua - nessa parte. Mas você tem que ter uma atuação do Banco Central, aí, porque tem ali toda a participação dos bancos comerciais. Você não pode ficar só na mão do Banco do Brasil, porque, senão, como é que fica o relacionamento? Então, você não bota os bancos particulares nisto. Porque os bancos particulares não aceitam, normalmente, que um concorrente dele, que é o Banco do Brasil, vá normatizá-los. Então, o Banco Central tem um papel aí nisso, para poder normatizar essa área de atuação, que é uma área importantíssima...

E.R. - Independente do Banco do Brasil. Porque, antigamente, isso estava dentro do Banco do Brasil.

P.L. - Independente do Banco do Brasil. Não, porque a grande massa do crédito rural era feita pelo Banco do Brasil. Nessa época é que se fez uma tentativa, e que foi bem-

sucedida, de colocar os bancos particulares. Parece que hoje isso ficou muito prejudicado.

I.F. - Nessa época, quando?

P.L. - Nessa época nossa. Já vinha de algum tempo e demos uma ênfase muito grande. Já vinha de antes. Na administração anterior, na época do Galvêas, já se vinha fazendo isso. E nós demos desenvolvimento. Tanto que o diretor da área, o Ribamar, tinha sido chefe do gabinete do Yokota, no tempo do Galvêas. Eu aproveitei, justamente, o Ribamar, que já conhecia aquilo tudo e continuou o trabalho.

E.R. - Dr. Paulo, o governo Geisel é conhecido como um governo que priorizou muito o setor industrial, não é? Depois de Juscelino Kubitschek, o período Geisel foi um período de grande desenvolvimento industrial. Como é que o Banco Central se coordenava, atuava? Havia intenções do presidente Geisel, no sentido do financiamento do setor industrial? Como é que era comunicado com o Banco Central, como é que havia essa sincronização?

P.L. - Não, não, aí, não. Aí, quem teve o papel maior... Porque é preciso explicar um pouco como é que foi. Bom; é que com a crise do petróleo, o Brasil, realmente, com aquele crescimento que vinha tendo, ficou muito dependente de uma série de matérias-primas básicas. Então, na área petroquímica, nas áreas mais críticas, o Brasil era um importador de matérias-primas básicas, porque não tinha havido esse desenvolvimento. Com a crise do petróleo, então, foi uma decisão de política seríssima, na época, a de o Brasil, em vez de fazer um encolhimento - muita gente defendia que com a crise o Brasil devia ter encolhido -, o Brasil ir avante. Foi o período Geisel, justamente, em que então, se desenvolveu toda a indústria petroquímica, a indústria de papel, fertilizantes, enfim, toda...

E.R. - Isso com o dinheiro externo.

P.L. - Não, uma parte com o dinheiro interno. Uma parte foi com financiamento externo, mas, também, o grosso do financiamento no Brasil, sempre foi interno. Se quiser dar um número, assim, um pouco chutado, mas digamos, 85% foram do financiamento interno e somente uns dez, 15% foram do externo. Mas é importante. Porque esse financiamento externo dava galões, está entendendo? Porque você não podia fazer de outra forma. Mas, então, o financiamento desses projetos todos, esta é a área do BNDES. O BNDES é que teve um papel importante na...

E.R. - O Banco Central não tinha nenhum tipo de...

P.L. - Não. Não. Você tinha programas, alguns programas, talvez, aí, não estou assim... não podia lhe dar exemplo específico. Mas o grosso do financiamento era feito através

do BNDES. Você tinha um financiamento de parte de matéria-prima, financiamento, digamos assim, de capital de giro e tal.

E.R. - Mas o Banco Central não... Por exemplo, a questão da emissão não...

P.L. - Não, isso entrava no orçamento monetário, não é? Porque nós...

E.R. - Mas isso não era orientado pelo fato do governo não querer a estagnação e querer expandir, crescer?

P.L. - Não, não, é claro. Mas isso fazia parte da política de você... puxar... Houve um episódio, logo no princípio, havia uma preocupação muito grande de você não cair em recessão, estagnação, então...

E.R. - O processo de inflação era muito grande, não é?

P.L. - É. Porque você tinha aquela inflação toda importada, que vinha, e houve um determinado momento - se não me engano, foi fim de 74, 75, fim de 74 - em que começou a se instalar um princípio de recessão aqui no Brasil. E nós ficamos muito preocupados com isso, no início, e então se tomou uma medida chamada... Como é que chamava? Acho que era o crédito compensatório, em que o Banco Central colocava dinheiro à disposição dos bancos, a uma taxa barata, para os bancos emprestarem. Porque os bancos estavam... as indústrias não estavam... as atividades não estavam interessadas em... Começou a haver um princípio de recessão. E nós ficamos preocupados com aquilo. Então, vamos injetar...

E.R. - Houve um subsídio.

P.L. - E', um subsídio direto, através do tal crédito compensatório, que foi muito discutido na época. Mas a gente colocava dinheiro barato na mão dos bancos...

E.R. - A função do Estado, nesse momento aí, foi de puxar o desenvolvimento, não é?

P.L. - Ah, foi. Não, mas foi. A função que eu acho que tem que ser - a função de liderar esse movimento todo. Mas como você falou na parte de emissão e tudo, isto tudo acabava refluindo no orçamento monetário. Então, havia. E o Banco Central tinha um papel muito importante na montagem. Era o Departamento Econômico do Banco Central que fazia a montagem do orçamento monetário, está entendendo? Para fazer a... enfim, juntar. Porque no orçamento monetário tudo isso refluí, em última análise, na quantidade de moeda que você vai emitir. Então, essa orçamentação era feita.

Inclusive, sobre a contenção das expansões do Banco do Brasil, tínhamos permanentes discussões - o Banco do Brasil querendo expandir muito mais do que nós queríamos - era uma discussão permanente com o Banco do Brasil.

E.R. - Os interlocutores dessa discussão... Isso era no Conselho?

P.L. - Isso era no Conselho Monetário.

E.R. - Ali sentado, nesse tempo...?

P.L. - Não, a interlocução era, basicamente, Banco Central e Banco do Brasil, nessa área. E o ministro da Fazenda acompanhando ali e ajustando, dando o toque final, não é?

E.R. - E ele estava dentro do Conselho?

P.L. - Também. Ele era o presidente do Conselho.

E.R. - Tinha o presidente do Banco Central também, não é?

P.L. - Também. Não, no Conselho Monetário se sentavam... Depois foi crescendo muito isso, mas você sentava, o presidente era o ministro da Fazenda, você tinha... O Banco Central continua sendo o secretário, fazia o papel de secretaria do Conselho.

E.R. - Mas com direito a voto.

P.L. - Com direito a voto. E os diretores também. Os cinco diretores do Banco Central também sentavam. Todo mundo...

E.R. - Uai, mas eles não tinham perdido o direito...?

P.L. - Não, mas continuaram com voto no Conselho Monetário. Continuaram no Conselho Monetário.

I.F. - O Conselho Monetário foi reativado no governo Geisel, não foi? Em relação ao governo anterior?

P.L. - Não. Não. Já existia.

I.F. - Não houve um certo abafamento antes?

P.L. - Não sei... Não, eu não diria que sim. Não diria que houve abafamento, assim, não. Continuava funcionando e tal. Com um pouco de personalidade diferente, talvez.

E.R. - Doutor, eu tinha falado com o senhor que somente o presidente do Banco, excluindo-se os diretores, passou a integrar o Conselho Monetário Nacional...

P.L. - Mas não. Mas eles faziam parte. Faziam parte.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

P.L. - Inclusive, esse é um período interessante, porque os críticos - sempre existem e devem existir -, então, gozavam muito a gente dizendo que nós, no Banco Central, no governo não tínhamos conseguido estabilizar os preços, mas tínhamos conseguido estabilizar a inflação. Porque se você examinar a série histórica e tal, você vê que a inflação nesse período do Geisel ficou em torno de 40%. Ficou em torno de 40%. Com variações e tudo, assim. E isto depois da crise do petróleo, daquele impacto. O Delfim baixa, se lembra? O Delfim baixa. Com aquele negócio do Médici, tem aquela grande discussão no final do governo, aquele negócio dos preços, que o Delfim botava os preços controlados, houve aquela discussão toda, você se lembra? Então você tem isso, mas, quer dizer, porque, então, pelos dados, digamos assim, a inflação vai para 15%, mas o pessoal diz que não são 15%, mas eram vinte, se você pegasse não os preços de tabela, mas os preços de mercado. Mas o fato é que, realmente, a inflação vai de quarenta... dá um galão. Mas, aí, o problema é a inflação lá fora. Uma coisa que geralmente nunca houve, essa preocupação de explicar essa idéia, se você... Porque o que interessa realmente - agora, mais ou menos, a coisa lá fora está calma -, quando você tem uma situação inflacionária lá fora, é que você tem o problema que se chama a importação da inflação. Porque se os preços de importação sobem, você internaliza a inflação externa, está entendendo? Então, isso...

E.R. - O petróleo, nisso, é...

P.L. - Então, você tem o choque do petróleo. Mas não é só o petróleo, tudo subiu naquela época. Você tem uma onda inflacionária, nos próprios Estados Unidos, que acaba explodindo no final dos anos 70. Mas no meado do... com o choque do petróleo, a coisa começa a crescer. Se você fizer a comparação, que nessas circunstâncias passa ser importante, entre a sua inflação interna e a média da inflação dos seus parceiros, você vai verificar que no Brasil reduzimos este diferencial. Tendo mantido mais ou menos constante a nossa, e a outra tendo subido, o diferencial... Mas vai explicar isso

para população... Não tem como explicar, está entendendo? [riso] São certas coisas... É muito difícil explicar. "Não, está melhor relativamente, está entendendo?" Mas do ponto de vista da atuação do Banco Central, é um aspecto que nunca se comenta, passa despercebido. Porque o que o pessoal via aqui eram os índices internos. E, de fato, os índices internos estavam nessa faixa. E foi, inclusive, uma época difícil, porque foi uma época em que acumulamos, violentamente, reservas. E quando você acumula reservas, você tem um fator de aumento da moeda muito grande. Foi um período em que acumulamos muito reservas, no Brasil, está entendendo?

I.F. - Isso é muito perigoso.

P.L. - Mas acumular reservas era parte dessa política de endividamento externo. Porque é a tal história: você nunca sabe quando é que você vai poder tomar emprestado, se o mercado está bem ou está mal. Então, de certa maneira, a tomada de reserva era uma tomada de... Você tomava empréstimo por antecipação, porque o mercado favorecia. E você acumulava reservas. O Brasil ficou com um nível de reservas, está entendendo...? E nós tínhamos grandes discussões com o Fundo Monetário. Porque o Fundo Monetário tem uma regra clássica de que você tem que ter três meses de importação, qualquer coisa assim, mas eles não levam em conta que você está operando no mercado financeiro e tomando emprestado, e você tem que ter uma reserva para isto. Então, tínhamos um nível de reservas muito acima do que o Fundo falava. Então o Fundo vinha fazer aqui aquelas consultas, aqueles relatórios, e este era um ponto permanente de discussão com o Fundo.

I.F. - Sobre essa questão do índice de inflação, existem umas notícias que correm por aí que, durante o período do ministro Delfim Neto, houve uma certa manipulação dos índices e que durante o governo Geisel, ele resolveu assumir, sem maquiagem, esse índice inflacionário. O que foi isso?

P.L. - Não, foi aquela discussão no final. Não, foi ali, naquele final do governo Médici...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

P.L. - Uma dessas infelicidades, porque o governo nunca deve anunciar a inflação. Porque, realmente, é um negócio meio fora de controle, você acaba se comprometendo com um resultado que você não... necessariamente pode recuar, pode... enfim, apresentar. Mas no princípio daquele ano, no final do governo Médici, acabou o Médici falando - não sei como - numa inflação de 15%. Se lembra, no final do governo dele e tal? E aí, de fato, isso foi feito, o Delfim acertou com a Fundação que eles pegavam os preços dos produtos controlados e não dos preços de mercado. Então, realmente, deu uma distorção, está entendendo? Não é que se manipulasse, não era neste sentido. A orientação era pegar os preços controlados. Os preços de tabela. Os preços praticados são diferentes dos preços de tabela. Então, isto dava uma distorção no índice.

I.F. - Parece que o índice é feito aqui no Rio de Janeiro em cima de uma cesta básica, de arroz, feijão etc. e que durante o governo Médici, o ministro Delfim providenciou que não houvesse falta desses produtos no Rio de Janeiro. O que fazia com que os preços aqui ficassem baixos. Então, realmente, os cálculos eram corretos, mas no fundo, no fundo, havia uma certa manipulação, porque o preço do Rio de Janeiro era diferente...

P.L. - E'. Pode ser. Eu não me lembro. Não, não, pode ser. Pode ser. Porque o índice do custo de vida é o índice do custo de vida do Rio de Janeiro. Então, realmente, você alimentava aqui no Rio de Janeiro, evitava que não subisse, para não faltar, essa história toda. Pode ser.

I.F. - Como essa questão, também, desse controle tarifário, que começou a haver, quer dizer, controle de taxa de energia, controle de taxa disso... para segurar a inflação e que vai explodir mais adiante.

P.L. - E'. Não, houve toda aquela discussão. Por isto que eu estou dizendo: quando pegamos em 74, houve realmente uma espécie de uma limpeza, assim, nessa área, então, a inflação realmente passou para 40%. Mas isto também juntou...

I.F. - E essa orientação dessa limpeza foi de quem?

P.L. - Não, isso foi a posição do... do ministro Mário Henrique...

I.F. - Do governo como um todo, do ministro Mário Henrique...

P.L. - E'. Do Mário Henrique e do Geisel, não é? Porque, realmente, não dá para conviver com uma situação artificial durante muito tempo, não é?

E.R. - Agora, um cálculo da expansão da moeda, do financiamento da atividade produtiva e do enxugamento do mercado, é um cálculo meio empírico, se faz pelas tomadas do próprio mercado.

P.L. - Não, você faz um programa. Você, no princípio do ano, faz um programa, diz: "Bom... Isto é o quê? Isto é um contínuo..." Está certo? Você vem...

E.R. - Quando tem muita grita, solta um pouco a retranca?

P.L. - Não. Não. O problema é o seguinte: você, no princípio do ano, faz uma projeção mais ou menos de que inflação você quer objetivar e, em função disso, por

uma teoria elementar - quantidade da moeda, não é? - imagina que... a não ser que haja uma razão muito grande para imaginar que a velocidade de circulação vai-se alterar, está entendendo? Então, você diz: "Bom, qual é a inflação que eu vou objetivar aqui?" Então, em função do seu objetivo de inflação é que você faz a programação do orçamento monetário. Você monta todas aquelas contas, para que o resíduo seja uma expansão monetária que, multiplicada dentro do sistema, vai ser compatível com aquela inflação que você está visando. Este é que é o trabalho do orçamento monetário. Este é o trabalho que o Conselho... E com isto, você, realmente, estabelece metas operacionais para o Banco do Brasil. Para o Banco do Brasil e para outros programas. Porque naquela época você tinha vários outros programas executados através dos bancos, repasse, aqueles tais programas do Banco Central, executados através do Banco Central. Então, você...

E.R. - Esse orçamento, o Conselho...

P.L. - É do Conselho Monetário, é aprovado pelo Conselho Monetário. Porque acabou, ultimamente uma parte disso passou para o orçamento, nessas mudanças que eles andam fazendo aí. Mas, naquela época, era tudo decidido dentro do Conselho Monetário. Então, basicamente, essas metas de expansão das atividades do Banco do Brasil e desses programas que eram feitos no Banco Central, você estabelece em função do objetivo da inflação, você estabelece quanto é que deve haver de expansão disto. E vai acompanhando. Havia um acompanhamento mensal desses dados, para ver como estavam se comportando. Às vezes, como eu falei, aconteciam coisas inesperadas. Você começou a ter uma tendência de recessão; então, você apertava, fazendo essa injeção do tal crédito compensatório, está entendendo? Mas isto foi uma única vez que ocorreu. Porque, de um modo geral, você tem que ficar segurando para não expandir demais. Porque a tendência é esta. Em condições normais, a pujança, a força, da economia é de tal ordem, que você tem que ficar segurando os freios, não é?

I.F. - Tenho aqui uma curiosidade. Voltando atrás, lembrei de um dado: o senhor foi professor de teoria monetária no curso de economia, no Conselho Nacional de Economia. Era normal haver esses cursos no Conselho Nacional de Economia? Para mim foi surpresa isso.

P.L. - Não, não. Isto que eu digo: isso aí é mais ou menos a origem dos tais cursos de graduação de economia. Não havia. Hoje a Fundação tem uma escola, conhecidíssima...

I.F. - Sim, mas o Conselho Nacional de Economia...

P.L. - E'. O Conselho Nacional de Economia, que naquela época existia. Isto é no princípio dos anos 60, mais ou menos, não é? Quem estava muito atrás disso era o professor Mário Orlando. Ele, então, fazia uns cursos para os economistas, uma espécie de pós-graduação e, no fundo, era um reforço. Porque a maior parte das faculdades era meio deficiente, está entendendo? Então o Conselho Nacional de Economia organizava

uns cursos. Eram cursos durante o ano inteiro. E você dava uns blocos de palestras. Umas duas ou três vezes, eu dei a parte de política monetária.

I.F. - Eram mais palestras, então, do que propriamente cursos.

P.L. - Eram palestras para os alunos. Depois se dava prova, essas coisas.

I.F. - Agora, outra coisa: o senhor esteve trabalhando em organizações, em bancos, tudo, mais ou menos ligado ao governo, durante um período muito longo de sua vida. O senhor conviveu, automaticamente, com os ministros da Fazenda que estavam subordinados à presidência da República. O senhor podia fazer, assim, um perfilzinho dos ministros da Fazenda, por exemplo, da década de 50, quando o senhor trabalhava na Cexim, em relação ao presidente Vargas? Depois, na Sumoc, em 53, ainda, também, com o presidente Vargas. Depois, na sua volta, em 64, quer dizer, o presidente Castelo Branco e o ministro do Castelo Branco, que foi...

E.R. - Ministro da Fazenda? Bulhões.

I.F. - Dr. Bulhões. Depois, o presidente Costa e Silva e o presidente Médici, todos os dois com o ministro Delfim. E, depois, o senhor mesmo, como presidente do Banco Central, no governo Geisel e com Mário Henrique Simonsen. Quer dizer, essa ligação entre os bancos - Banco do Brasil, Banco Central, Sumoc -, o ministro e o presidente.

P.L. - E'. Começando nessa parte, porque na fase anterior, francamente, eu não tinha uma posição, assim, que desse para apreciar isso.

I.F. - Era muito moço ainda.

P.L. - Não, e não tinha, assim, um nível tal que desse... não tinha, digamos assim, convivência para ter uma visão de primeira mão. Mas na época, por exemplo, logo de 64 e tal, já tinha a figura do dr. Bulhões, que trabalhava, assim, em conjunto com o Roberto Campos. Eles tinham uma posição... Realmente, o presidente Castelo delegava a eles muito essa parte toda da... Tinha uma confiança quase ilimitada nos dois, não é? E eles tocavam, realmente, a coisa, eu acho que com muita... com apoio total. Porque, inclusive, foi uma época de tomar medidas muito... fazer a tal transferência de recursos para fora, para acertar o negócio da crise, está entendendo? Eram medidas muito impopulares: arrocho salarial, essas coisas todas. Além de outras coisas mais de longo prazo. E, de fato, houve aquela briga de que você me falou, se lembra? Aquela reação, o Carlos Lacerda sai atacando, sai atacando, aquela história toda. E ele, o Castelo, o presidente Castelo dava um apoio muito grande aos dois, não é?

Depois disso, você tem a fase do... O Delfim, não é? O Delfim, realmente, tinha, assim... ele talvez não tivesse uma posição assim tão forte junto ao presidente, porque havia, digamos, uma concorrência maior com relação aos poderes do Delfim. Mas ele, pela eficiência dele, realmente comandava o processo muito tranquilamente. Acho que não... Ele, realmente, era o azar da história toda, não é? E pela própria personalidade dele e tal.

Depois, você tem a fase do Mário. Aí é uma questão de personalidade. O Mário também tinha apoio total do Geisel. Agora, o Geisel acompanhava muito mais. Ele gostava muito mais de acompanhar de perto, está entendendo? De modo que o Mário fazia relatórios semanais ao presidente Geisel e submetia a ele as coisas principais. Ele acompanhava muito. O Mário prevalecia, tinha total confiança dele, está entendendo? Mas uma coisa interessante, uma coisa que se criticava muito no presidente Geisel é que era muito detalhista, entrava... Eu me lembro de que uma das coisas que fizemos, logo no princípio, foi acertar a parte fiscal do mercado de capitais. Porque não tinha havido, ainda, uma visão de conjunto do mercado de capitais, do efeito da taxaçoão dos diferentes papéis do mercado de capitais, essa história toda. E, então, nós fizemos esse trabalho com o Mário, com o pessoal da Fazenda e o Banco Central. Fizemos um trabalho e preparamos um decreto imenso, daqueles de não sei quantas páginas, vinte, trinta páginas, que era a parte fiscal desse sistema da... a montagem, realmente, mais lógica e consentânea do mercado de capitais, na parte fiscal. Isto foi feito. Antes de ser definido, em última análise, então, o Mário mandou o material para o presidente Geisel. Sabe que ele pegou, leu aquilo, anotou... Eu lembro que até o ministro Golberi me deu, tenho guardado em meus papéis aí, três folhinhas - sabe aquele bloco do ministério? Aquele bloco, assim, menorzinho, com a letra dele, do Geisel, em vermelho. E aí, no dia lá que era para, enfim, tomar a posição final, o presidente chamou, nós fomos lá, o Mário e eu, então, para explicar ponto por ponto as dúvidas dele e tal. Ele concordou. Uma coisa ou outra mais de natureza política, negócio de Nordeste, se ajustou como ele queria. Mais para mostrar o grau de participação dele, não é? O Costa e Silva, eu acho que deixava o Delfim mais à solta, não é?

E.R. - Qual foi o nível de convívio que o senhor teve com o Bulhões?

P.L. - Com dr. Bulhões? Bom, começou na escola. Ele foi meu professor, foi meu paraninfo. E depois disso, realmente, ao longo do tempo, eu não...

E.R. - Como o senhor vê a figura do Bulhões? O Roberto Campos o chamava de santo Otávio.

P.L. - Ele é uma figura, é... ele é... Santo... Mas é. Mas é. O dr. Bulhões realmente é uma figura. Ele tem coisas que só ele pode fazer, não é? Qualquer outra pessoa levantaria as maiores suspeitas de outras intenções. O dr. Bulhões faz aquilo... é o santo Bulhões. Ninguém, realmente, coloca em dúvida. É uma figura ímpar, realmente, não é? É uma figura ímpar.

I.F. - É muito interessante, nós temos tido contato com ele, ele é de falar pouco, falar manso, ele não levanta a voz, tem aquela idéia fixa desse controle da inflação. Aquilo é sempre, sempre, sempre. E uma das coisas para que ele chamou muito a atenção é que, embora ele tenha essa linha de pensamento de que não arreda pé um segundo, ele não fez inimigos. Ele é respeitado em todos os setores.

P.L. - Mas ele é... Todo mundo. Você não tem ninguém que levanta a menor... Pode discordar do dr. Bulhões e tudo, mas ninguém levanta, não é? E ele tem uma posição muito... Porque, uma coisa interessante...

E.R. - Tem espírito público.

P.L. - Ele é, realmente, um servidor público, não é? É um servidor público. E o pessoal falava muito do Roberto, dr. Bulhões... No final da história, quem mandava mesmo era o dr. Bulhões, não é? Roberto aparecia muito, fazia, é o feitiço mais do Roberto, mas dr. Bulhões também não... não é muito do estilo dele, não faz muita questão, é uma pessoa, realmente, que tem uma modéstia muito grande. E o Roberto tem muito mais presença, assim, para fora, e verbaliza muito bem. O Roberto tem um controle da palavra, uma coisa incrível, não é? Mas, no fundo, só se fazia o que o dr. Bulhões queria, está entendendo? Eu assisti àquelas reuniões do Conselho e tudo... É uma figura incrível, não é?

E.R. - O dr. Bulhões, segundo ele próprio, conhece pouco matemática, porque ele vem do direito. E o dr. Mário Henrique Simonsen estava dizendo que ele chegava a conclusões, depois de fazer milhares de cálculos e fórmulas; e o Bulhões já chegava por ali, pelo atalho. Diz o Bulhões que é por causa da experiência. E como economista, como é que o senhor vê o dr. Bulhões? Ele, realmente, tem um dado de intuição, tem um dado de prática muito grande?

P.L. - E'. Não, ele conhece muito, tem uma experiência muito grande e uma determinação muito grande também, não é? Você pode discordar. Por exemplo, essa posição que ele tomou contra a correção monetária, acho que, inclusive, é muito ruim, porque, dentro da minha visão, você tem que ter uma correção monetária, que eu chamo inteligente, quer dizer, que é aceita e entendida e é operada corretamente. E eu acho que fez muito mal ao conceito o fato de - como o dr. Bulhões é, para todos os efeitos, o pai da correção monetária - ele ter-se posicionado contra a correção monetária, há uns dois anos. Acho que isto aí foi muito ruim. Porque... quer dizer, você colocou em dúvida, está entendendo? Se o pai da correção monetária acha que não tem que ter correção monetária, então, fica muito mais difícil [riso] você... defender.

E.R. - Ele tem essas ousadias, não é?

P.L. - Não, ele tem. Ele tem. Ele tem a firmeza das convicções dele. É muito teimoso, não é? Ele está convencido daquilo... Mas só uma pessoa como ele, assim, podia fazer o trabalho que ele fez, na recuperação de 64, não é?

E.R. - O ministro Simonsen estava dizendo que naquela época árdua, do governo Castelo, de muitas críticas, críticas dentro do próprio Exército, dos empresários, o mais tranquilo era o Bulhões.

P.L. - Ah, é. Ele tem a firmeza das convicções dele. Ele estava tranqüilo. Ele não se deixa abalar, não, por essa... Porque ele tem a tranqüilidade mesmo da história e vai em frente. E como ele tem uma seriedade muito grande, ninguém pode duvidar da intenção dele. Então, realmente, dá uma tranqüilidade, não é? É uma figura ímpar, realmente.

I.F. - Outra coisa que eu gostaria de pedir ao senhor é que fizesse um perfilzinho, os altos e os baixos do Banco Central no período do dr. Dênio Nogueira, transição para o dr. Rui Leme, que foi uma coisa rápida, depois a passagem para o dr. Galvêas, e como o senhor encontrou o Banco Central. Quer dizer, os altos e baixos, os momentos mais difíceis e menos difíceis.

E.R. - O Rui Leme foi rápido, não é?

I.F. - Foi. Uma coisa transitória.

P.L. - Foi rápido. E'. Porque houve aqueles problemas. Foi transitório. Não, o Dênio, realmente, faz a implantação do Banco.

I.F. - São momentos diferentes. Deve ter tido cada vez um...

P.L. - E'. Não, foi. O Dênio faz a implantação do Banco. Bom, eu fiquei fora desse período. Quando voltei, o Dênio já tinha saído, não é? Mas ele faz a implantação do Banco. O Galvêas começa a tocar aquilo que já tinha encontrado, mas, enfim, muito articulado com o Delfim, não é? Depois do Galvêas foi a minha fase. Da minha fase, realmente, tenho para mim, digamos assim, que eu procurei fazer essa fixação da idéia do Banco Central na sociedade, estes dois aspectos que mencionei: para fora e para dentro. Depois de 64... Aí, depois, vem um período conturbado, não é? Porque você...

[FINAL DA FITA 3-A]

P.L. - Mas depois de 79, começou essa mudança de presidente, não é? A partir de 79, porque você começa com... se não me engano, foi o Rischbieter, não é? Foi o Rischbieter que foi o presidente? Não. Foi Carlos Brandão. Foi Carlos Brandão. O Rischbieter, eu acho que ficou na Fazenda. E o Mário ficou no Planejamento, não é?

I.F. - E'. E'.

P.L. - Aí, o Mário sai, porque o Mário queria dar o aperto já, e o pessoal reclamou e... Aliás, tem um episódio interessante: quando há a mudança, o Mário queria segurar, assim, uma certa moderação para a coisa não sair fora do controle, e o pessoal de São Paulo ficou muito preocupado e tal. Aí, volta o Delfim. Em Brasília, na posse do Delfim, aquele empresariado todo lá, a sensação de alívio... Parecia que você estava ouvindo, assim, um grande suspiro nacional, está entendendo? Uma coisa incrível.

E.R. - O Delfim foi posto por pressão dos paulistas?

P.L. - Eu tenho a impressão que aquilo foi campanha do próprio Delfim, não é? Porque Delfim, quando foi para o Ministério da Agricultura, realmente... [riso] Mas, evidentemente, com o apoio da... Porque ele ali dava uma visão que correspondia muito mais aos desejos, digamos assim...

E.R. - Ele entrou para expandir ou para não deixar...

P.L. - Não, a idéia dele era realmente...

E.R. - Repetir a performance anterior, na Agricultura?

P.L. - É. A performance anterior, não é? É. Mas, aí, houve uma série de problemas. O que ele tentou, foi o primeiro episódio da tentativa de... Começaram com aquela idéia das pré-fixações. O Galvêas deve ter contado essa história para vocês. Eles montaram um esquema que acabou falhando porque tinham acabado de votar a lei salarial... Ele segurou... Ele faz a pré-fixação do câmbio, dos preços, e o salário estava aberto, porque o Congresso tinha acabado de votar uma nova lei salarial, então ficou em aberto. E eles tocaram assim mesmo, e aí a inflação foi o dobro, está entendendo? Aí, começam aquelas dificuldades, então, você começa a mudança na presidência do Banco Central. E isto, realmente, acho que foi muito ruim para o Banco, não é? Depois você tem, acho, o Galvêas; depois veio o Langoni; depois veio o Pastore, não é? Depois, aí, vem, na Nova República, você começa outra... Então, você tem uma rotatividade na presidência da... Agora já são cinco, não é? Acho que esse que está aí, não sei se é Bucchi, não sei se é o quinto ou o sexto. Mas, então, eu acho que isso, realmente, do ponto de vista do Banco Central... Porque dentro dessa visão, acho que realmente prejudicou muito a imagem do Banco Central junto à sociedade - a visão, a forma pela qual ele é encarado. Eu acho que prejudicou muito o Banco Central.

I.F. - Outra coisa, também, que estávamos conversando. É um grupo de economistas que começam a pensar na política econômica do Brasil de uma maneira mais moderna, que pensam num banco central, quer dizer, Sumoc, depois Banco Central, e, de repente, vem o ministro Delfim com outro grupo de economistas. Como é que o senhor vê esses dois grupos convivendo?

P.L. - Não, eu acho que isso, até... não vejo... Isso é natural, essas mudanças, está entendendo?

I.F. - Porque é outra linha, outro pensamento.

P.L. - E'. Você tem uma outra... Não vejo que isso... acho que até... O que mais tem de estranho é porque foi num regime em que não havia mudanças políticas. Mas é uma coisa que nós vamos ter que conviver no Brasil. Num regime político, você vai ter esse tipo de mudanças, não é? O que há um pouco de estranho ali é porque, realmente, não havia mudanças políticas no sentido do que temos hoje.

I.F. - E os críticos do ministro Delfim chamavam os Delfim's boys, aquelas coisas assim... Agora, para terminar, eu gostaria que o senhor nos desse sua visão da situação econômica do Brasil. O senhor está preocupado, o senhor acha que tem solução, não tem solução? Que dias nós vamos enfrentar por aí?

E.R. - A crise do Estado. Estão sendo atribuídos ao Estado todos os males possíveis, não é? O Estado não tem capacidade de investimento, o dinheiro está na ciranda financeira e tal. Como é que o senhor está vendo essa história aí, misturada com a eleição presidencial, que é um fato novo?

P.L. - Eu acho que é um país complicado, o Brasil. Porque, realmente, acho que ele é pendular; você vai para um lado, vai para o outro. Hoje você tem essa animosidade contra o Estado, está entendendo? Acho que, realmente, você tem os excessos. Você não precisa ter o Estado, digamos, como produtor. O Estado como produtor e o Estado como dirigente da... como regulador, não é? São duas coisas diferentes. Eu acho que o Estado como produtor, realmente, no Brasil... Eu acho que deve ter algumas funções aí... porque eu não vejo muito como se substituir o Estado na energia elétrica, em certas coisas, e na parte de...

E.R. - Infra-estrutural.

P.L. - Essa parte infra-estrutural, não vejo que você... Porque é uma questão, inclusive, de disponibilidade de poupança, está certo? Agora, o que eu acho que aconteceu com

relação ao Estado no Brasil, é que houve uma deterioração da qualidade do pessoal do Estado.

E.R. - E dessas vocações.

P.L. - Compreende? E ao lado, evidentemente, também, da deterioração das contas públicas. O Estado passou a ter muito menos recursos, inclusive em termos de federação. Hoje se estava comentando, lá no almoço da Apec, que essa Constituição, realmente, transferiu muitos recursos do governo federal para os estados e municípios, não é? De modo que o que eu vejo de mais sério nesta crise do Estado é, além desse problema dos recursos, a deterioração da qualidade do funcionalismo, que é um aspecto muito negativo, não é? Mais difícil de ser corrigido.

E.R. - Do servidor público.

P.L. - Do servidor público. Então, a imagem do servidor público ficou muito prejudicada, não é? E eu acho que num país como o nosso, de certa forma, as melhores cabeças tinham que estar no Estado, porque no Estado, se você faz um erro de política econômica, você destrói um setor industrial, destrói um ramo, está entendendo? No setor privado, você quebra uma empresa. Então, essa deterioração da qualidade do servidor público é que acho que é muito negativa. Agora, por outro lado, é um país estranho, não é? Porque, hoje, o Brasil convive com uma taxa de inflação de 40%, não é? É uma coisa que se você perguntar, assim, todo mundo diz que vai estourar. E acaba não estourando. Consegue ir empurrando. Maílson está fazendo um trabalho aí de remendar, [riso] e as coisas acabam não estourando. Bem ou mal, você chegou às eleições sem hiperinflação. Todo mundo dizia que ia estourar a hiperinflação, e acabou não acontecendo, não é? É um país estranho. E essa própria malsinada ciranda financeira, todo mundo fica falando, é porque no fundo, você está financiando o déficit do setor público, em condições em que há pouca credibilidade. É por isto que tem essa... Se gastasse esse negócio todo, a inflação estourava. É o fato de que você pode, digamos assim, deixar o dinheiro parado e render é que leva a manter a inflação controlada. É evidente que isto tem um aspecto da distribuição da renda muito ruim. Porque quem tem dinheiro disponível, digamos assim, que pode se proteger, é o pessoal que tem mais recursos. Os 2/3, digamos assim, das classes D, C e E, este pessoal não tem sobra nenhuma e sofre o deprecimento da moeda, do pouco que ele recebe. O pessoal que tem mais, acaba se protegendo. Então, você tem um aspecto distributivo nessa situação que é muito negativo e que agrava todos os problemas e você tem a sensação mesmo de que as coisas pioraram muito. Você vê este período todo em que praticamente não há aumento de renda per capita, dez anos sem aumento de renda per capita, isto frustra muito toda essa... Você tem todo o problema da juventude, que acaba sem perspectiva. Você vê esse comportamento nos vestibulares, não é? Agora, eu acho que é a tal história, estamos na dependência desses resultados aí, na dependência do que vai acontecer hoje à noite, não é? [riso] É hoje, é o pré-primeiro turno, o que vai acontecer. E acho que uma coisa muito séria - porque atrás da parte toda econômica, também tem a parte da... - é você terminar a questão da travessia política de uma forma que crie condições para a próxima etapa. Quer dizer, você tinha um governo e tem uma oposição. Eu acho que o melhor resultado que você poderia ter desta história toda, é ter um confronto das chamadas esquerda e direita, para poder então... Porque quem ganhar leva e quem perder fica na oposição, para tentar ganhar daqui a cinco anos. Agora, eu acho que você criou uma situação aí que essa coisa pode não ficar tão nítida, não é? E

acho que seria um atraso muito grande, em termos da normalização da vida política... E você, no meio desta história toda, vem com esta insatisfação com o regime presidencialista que está aí e esta Constituição híbrida, não é? Porque montaram toda uma Constituição em termos parlamentaristas e um parlamentarismo espúrio, não é? Porque é um parlamentarismo que não tem dissolução automática da... porque uma das condições do parlamentarismo é a dissolução automática das câmaras. É isto que restringe, também, o poder do Legislativo. Tem que haver um contrabalanço de poderes. Então acho que estamos num período um pouco difícil. Não dá para você ficar muito animado, diante dessa dificuldade que pode ter a parte política. E houve aquele episódio por eleições diretas em que se teve toda uma ânsia popular, que foi, realmente, um episódio incrível, quer dizer, em termos de arregimentação popular e ordeira, não é? Botar um milhão de pessoas na rua, sem um episódio, no Rio e São Paulo, é um coisa impressionante. Depois, essas coisas vão se frustrando. Então acho que estamos atravessando um período aí que pode ser muito difícil, por causa de como é que vai surgir, qual vai ser a resultante final do processo eleitoral. E sobre isso, se coloca o problema da definição de regime parlamentarista e presidencialista. E outra coisa que hoje você ouve falar muito - e eu, francamente, não tenho os elementos e não me detive, também nunca vi uma análise - a inviabilidade que a Constituição criou para o governo federal, com as transferências. Hoje se estava comentando isto lá no almoço. Hoje houve um almoço, aqui no Rio, lá na Apec, em que o dr. Bulhões recebeu um prêmio, Eugênio Gudin. Ele já tinha recebido em São Paulo, mas ele não estava presente, hoje foi feita a entrega da estatueta lá, para ele, simbolizando o prêmio. Então estávamos comentando um pouco essas coisas, falando que, hoje, com as transferências que você tem dos impostos, com o problema da dívida interna, que você tem que servir, com o problema das transferências para a Previdência, praticamente o governo ficou sem recurso nenhum. Então, como é que se vai...? É preciso reformular isso? Não é preciso reformular? Para poder ter viabilidade, o Estado voltar a ter as suas funções e poder desempenhar as funções. De modo que eu acho que o panorama hoje não dá margem para muito otimismo, não. Mas, ao lado disso, você tem essa experiência, que é uma experiência realmente inédita, dum país conviver com estas taxas de inflação, sem a coisa derrocar. O sistema produtivo aí, bem ou mal, está andando, as indústrias estão produzindo. Já se tem estimativa que o [inaudível] não é satisfatório. Acho que estamos longe de resolver o problema porque, voltando, acho que o problema fundamental nosso é voltar a crescer a 7%. Porque enquanto não voltarmos a crescer a 7%, não começaremos a resolver os problemas deste país. E você começa a caminhar para soluções populistas, tipo Brizola, está entendendo? O negócio dos Cieps, essa coisa toda, você compreende o que ele quer fazer, mas não é por... você não tem condições. Você tem que dar dinheiro, tem que pagar salários razoáveis, para as pessoas poderem alimentar os seus filhos - e não precisarem mandar para a escola para dar alimento para os filhos -, para poderem dar assistência aos filhos, poderem comprar roupa para os filhos, poderem dar banho nos filhos, está entendendo? Isto, você só consegue com a economia crescendo e pagando salários razoáveis. Então, o que eu digo é que você não vê, pelo menos a curto prazo e diante desta indefinição do quadro político, uma perspectiva de retomar isso o mais rápido possível. O problema é o seguinte: quanto mais você atrasa isso, mais fica difícil, porque mais vai deperecendo a parte de infraestrutura. Porque isto é uma coisa: o Brasil, de certa forma, regride vinte anos. Porque nesses estudos clássicos de desenvolvimento, você tem aqueles chamados gargalos, por que o país não cresce e tal: porque não tem estradas, porque não tem aço, porque não tem eletricidade. Agora, você fica falando em crise de energia elétrica, estradas esburacadas, falta de produção dos insumos básicos. E cada vez que você atrasa, fica

mais difícil uma retomada. Porque, mesmo que você acerte tudo, você não pode pensar que vai retomar os 7% rapidamente. Porque você tem que desviar recursos para poder recompor a infra-estrutura, não é? Então acho que nesse sentido a situação é preocupante.

I.F. - E o senhor acha que com um governo com um estadista, com todo um ministério com vontade de acertar, existe uma possibilidade ou o senhor acha que mesmo assim só a longo prazo?

P.L. - Dependendo, se você consegue uma equipe, se esta equipe monta um programa e discute este programa, ele consegue encaminhar. Eu acho muito importante a discussão do programa com os diferentes segmentos da sociedade. Porque isto é uma coisa interessante: uma coisa que não mudou no Brasil, da Nova República para cá, é que a forma de fazer política econômica continua essencialmente a mesma do tempo dos governos autoritários - um grupo de pessoas bem-intencionadas e tudo, que se reunia e dizia: "Vamos por aqui. Vai por lá. Modifica e tal." Você então, teve a Nova República, e continua sem haver discussão das grandes políticas com a sociedade. Então você nunca teve uma unanimidade. Você teve um sistema de choque permanentemente. Surpresas, está entendendo? E todos esses programas, da forma como são concebidos, dependem desta idéia do choque. E a idéia do choque impede a discussão. Então, digo que há alguma coisa congenitamente errada nisso, porque se o sucesso depende de você fazer um congelamento ou fazer uma maxi ou fazer qualquer coisa assim, você não pode, realmente, estar discutindo isso. Então, acho que tem alguma coisa de congenitamente errada, porque nós já estamos na terceira tentativa de fazer esse tipo de caminho...

E.R. - O primeiro mobilizou, realmente, toda a população.

P.L. - O primeiro mobilizou. Mas o primeiro mobilizou por quê? Isto eu estou dizendo não é de hoje. Quando saiu, uma semana depois, eu digo: "Não tem condições de dar certo." Não pelo que o Brizola dizia, que o Brizola dizia que ia ter uma recessão brutal. Mas, é a falta da discussão objetiva das coisas, aqui no Brasil. Passado aquele período, você lembra? Lembro que houve uma discussão até meio... nível até meio... deixando a desejar, sobre qual era o efeito da política salarial do Plano Cruzado, aquela história toda... Eu me lembro de que eu tive a pachorra...

E.R. - Se congelava no pico, se não congelava...

P.L. - É. Aquele negócio do pico, do vale, aquela história... Eu lembro que tive a pachorra de fazer, porque eu gosto muito de ficar mexendo nesses números e tal, fazendo um apanhado. A política salarial do Plano Cruzado dava para salário mínimo um aumento de renda real de 30%, supondo que - como ficou - fosse ter estabilidade de preços, porque praticamente foram seis meses que os preços ficaram estáveis, está entendendo? Então aquilo representava, para quem ganhava salário mínimo, um aumento de renda real de 30% em relação ao período anterior, de seis meses. E para as outras categorias, que eram seis classes, conforme a data de aniversário dos contratos de trabalho, dava qualquer coisa em torno de 20%. Quer dizer, simplesmente a economia não funciona assim. Não resiste. Não tem como. Você deu aquele boom, aquela chamada "bolha de consumo", todo mundo achou que era uma maravilha... Inclusive deu uma frustração, porque muita gente passou a desfrutar de um nível, que depois viu

que não era sustentável. Então deu uma frustração muito grande. Quer dizer, aquilo não deu certo porque era uma coisa inteiramente inviável, a médio e a longo prazo. Era uma farsa. Completa.

E.R. - O senhor achava que foi mal administrado politicamente?

P.L. - Não, não estou concordando, não. Essa história de que foi má administração, não... Estava basicamente errado.

E.R. - E o pacto também não havia, quer dizer, os empresários minavam a questão, não é?

P.L. - Não havia. É a tal história, não havia. Os empresários, depois, começaram a minar. Por isto que eu digo que tem que haver um esquema baseado...

I.F. - Sentar na mesa, conversar...

P.L. - E discutir. Porque, inclusive, quando você fala na sociedade, você tem diferentes segmentos. Quando você fala nos empresários, você tem diferentes categorias de empresários: tem o pessoal da FIESP, as grandes indústrias; tem o pessoal das multinacionais; tem o pessoal da pequena e média, tem o pessoal que está situado lá no Nordeste - você tem diferentes segmentos. Você tem, na própria classe trabalhadora, diferentes segmentos: o pessoal do ABC, dos grandes sindicatos, sindicatos fortes; tem os sindicatos fracos; tem a grande massa que não é sindicalizada, que tem que ser levada em conta, não é? Então, você tem que montar um esquema em que você possa discutir, e, voltando ao ponto inicial, em que todos achem que vão levar alguma vantagem. E é possível isto, se você monta um esquema em que você vai crescer. Se você vai crescer, tem o que distribuir. Agora, acho que a dúvida grande é se isso vai ser conduzido dessa forma. Eu acho que se continuar a ser conduzido da forma como vem sendo, quer dizer, um grupo e tal, que chega, acaba e quer impor, ou pela força que tem ou pela força do voto, do próprio voto... é uma ilusão e acaba não dando certo.

I.F. - Vamos torcer para a gente ter um futuro melhor.

P.L. - É. Vamos torcer. Estamos na dependência de hoje à noite. Olha, lá devem estar sentando... [risos] devem estar sentando para discutir, não é?

E.R. - É verdade. Então, agradecemos ao senhor...

I.F. - Então vamos encerrar por hoje. Muito obrigada. Prazer.

P.L. - Ora. Obrigado a vocês.

[FINAL DO DEPOIMENTO]